

GUARDA DAS CRIANÇAS E DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE HOMENS E MULHERES

Anália Cardoso Torres e Francisco Vieira da Silva

Resumo O presente texto analisa várias dimensões cruzadas da problemática das políticas sociais e das soluções socioeducativas e de guarda das crianças, análise essa resultante de uma pesquisa sobre o mesmo objecto, que decorreu na região da Grande Lisboa. São abordadas questões relacionadas com a diversidade das soluções de guarda adoptadas, as opiniões a seu respeito, os apoios existentes em termos de rede familiar, a actividade profissional dos membros da família e perspectivas sobre a mesma, a divisão do trabalho não pago (cuidados com os filhos e tarefas domésticas), a posição perante as políticas sociais existentes. A perspectiva comparativa esteve também presente, através da análise das medidas implementadas, no mesmo domínio, noutros países da União Europeia.

Palavras-chave guarda das crianças, mulheres, trabalho pago e não-pago, políticas sociais.

Introdução

Duas verificações fundamentais constituíram o ponto de partida para uma pesquisa sobre políticas sociais e soluções socioeducativas e de guarda das crianças em Portugal. A primeira referia-se ao facto de Portugal, no conjunto da União Europeia, estar entre os países com maior número de mães trabalhadoras, sendo também o país onde essas mães trabalham mais horas.¹ A outra, e em contrapartida, referia-se ao facto de as taxas de cobertura dos equipamentos públicos destinados às vertentes socioeducativas e aos cuidados com as crianças serem das mais baixas da União Europeia.²

Ora, em vários países europeus, as taxas de actividade das mães com filhos pequenos tendem a estar associadas à existência de uma rede extensa de equipamentos socioeducativos públicos ou apoiados pelo Estado, como é o caso da França, Bélgica, Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia. Sempre que este tipo de equipamento é escasso, são mais frequentes as situações em que as mães não trabalham no exterior, interrompem a actividade laboral ou a desenvolvem em *part-time*, como é o caso dos restantes países da Europa do Sul ou como acontece na Alemanha e na Inglaterra. Deste ponto de vista, Portugal parece constituir um caso *sui generis*, sendo lógica a pergunta decorrente desta verificação: *com quem ficam as crianças enquanto os pais trabalham fora de casa?*

As respostas que têm sido encontradas para explicar esta particularidade de Portugal apontam para a existência de redes familiares que funcionariam de forma supletiva em relação à mãe ou aos equipamentos públicos, pouco disseminados,

nos cuidados a prestar às crianças. E quem diria redes familiares diria, mais especificamente, as avós.³ No entanto, tal como se conclui a partir dos resultados desta pesquisa, pelo menos ao nível da Grande Lisboa, não é essa a situação que se verifica. Sem qualquer margem para dúvidas são os recursos exteriores à família como creches, amas, infantários, jardins de infância, prolongamentos nas escolas, colégios ou centros de actividades de tempos livres, que são utilizados de forma largamente predominante como solução socioeducativa e de guarda das crianças quando as mães trabalham profissionalmente. De resto, temos razões para crer que o mesmo se tenderá a passar em relação às crianças a partir dos 2 anos nas zonas urbanas e mais densamente povoadas do país.

Assim, a chamada especificidade portuguesa no que toca à alta taxa de actividade das mães com filhos pequenos não se explica pela persistência de redes familiares alargadas. Como a rede de equipamentos públicos ou apoiados pelo Estado é reduzida e está distribuída ao nível local e regional de forma desequilibrada,⁴ tem sido, como veremos, à custa do esforço financeiro das famílias e de situações que não passam por verdadeiras opções mas, apenas, por alternativas de circunstância, que se têm solucionado as tarefas socioeducativas e de guarda das crianças. Como parece inevitável esta situação tem inúmeras consequências. E é exactamente do peso dessas despesas no orçamento familiar e de outros custos como o do cansaço físico e da culpabilização face às dificuldades em conciliar trabalho e vida familiar de que nos falam os nossos inquiridos.

Organizada para responder à pergunta atrás colocada, a estratégia de investigação implementada procurou captar outras dimensões das práticas e representações sobre a vida familiar. Questões como a diversidade das soluções socioeducativas e de guarda adoptadas, as opiniões a seu respeito, os apoios existentes em termos de rede familiar, a actividade profissional dos membros da família e perspectivas sobre a mesma, a divisão dos cuidados com os filhos e das tarefas domésticas, a posição perante as políticas sociais existentes, entre outras, constituíram dimensões de análise relevantes. A realização de um inquérito por questionário,⁵ elaborado com o objectivo genérico de dar resposta às questões referidas, constituiu o instrumento fundamental da pesquisa.⁶

Em termos de hipóteses de investigação, esperava-se que as condições de existência, em sentido lato,⁷ interferissem nas soluções de guarda adoptadas pelas famílias. Nesse sentido, havia a expectativa de encontrar diferentes modalidades de guarda das crianças e perspectivas subjectivas diferenciadas, quer relativamente às questões socioeducativas, quer às várias dimensões da vida familiar que se procurava conhecer. O estudo das políticas sociais existentes em Portugal neste domínio, constituiu outra das vertentes da investigação.⁸ A dimensão comparativa esteve igualmente presente através da análise sistemática das medidas desenvolvidas nos países da União Europeia relacionadas com a guarda das crianças, como se pode verificar nos quadros de síntese incluídos no final do texto.

Antes de passar à análise dos resultados obtidos na pesquisa, é importante referir alguns dados globais relativos à população estudada. Desde logo faz sentido realçar que se confirmam as tendências específicas já conhecidas quanto à

morfologia e composição das famílias na região da Grande Lisboa. Verificámos que estamos perante famílias pouco numerosas, com uma dimensão média de 4 pessoas. Constatou-se que 42% dos inquiridos têm dois filhos, 36% têm um e apenas 16% pretendem ter ainda mais filhos.⁹ Predominam as famílias de composição nuclear, sendo reduzida, em termos europeus, a percentagem de famílias monoparentais. Dos núcleos estudados, 87% são compostos por *casais com filhos*, 12% por *mães com filhos* e 1% por *pais com filhos*. Trata-se de uma população relativamente jovem, como era de esperar por imposição da amostra, sendo a média das idades 38 anos e situando-se a moda nos 34. Quanto à taxa de actividade encontrada, verificou-se que 82% dos inquiridos são activos, sendo a percentagem de homens activos 91% e a das mulheres activas 74%.

Quanto à informação que nos permite avaliar os recursos e condições de vida das famílias, os resultados do inquérito aplicado permitiram perceber que estamos perante uma população com rendimentos e nível médio de escolaridade baixos. A grande maioria dos grupos domésticos (68%), não dispõe de mais de 250 contos de rendimento mensal, verificando-se, ainda, que 38% têm um rendimento mensal inferior a 150 contos.¹⁰ O mesmo se passa em relação ao nível das competências escolares: 55% da população possui apenas o ensino básico,¹¹ 24% possui o ensino secundário e 21% ensino médio ou superior. Estes valores, sobretudo os que se referem aos níveis de ensino médio e superior, são mais elevados do que os do total nacional, confirmando informações já conhecidas sobre as especificidades da Grande Lisboa em relação ao resto do país, reforçadas na nossa amostra pelo facto de esta se referir a um subconjunto da população mais jovem. Encontramos assim, nesta região, as maiores percentagens de famílias monoparentais,¹² de crianças nascidas fora do casamento, de casamentos civis e de divórcios. Em contrapartida na Região de Lisboa e Vale do Tejo há menor percentagem de famílias complexas e a dimensão média das famílias é mais reduzida. As taxas de actividade feminina de mães com filhos pequenos são das mais altas do país e as taxas de fecundidade das mais baixas (Almeida, A. N., *et al.*, 1998).

Resta salientar que a realidade retratada nesta pesquisa diz respeito a uma população de cerca de 2 milhões de habitantes e, dentro desta, ao subconjunto dos que têm pelo menos uma criança a cargo até aos 11 anos — o que constitui, mesmo assim, um universo de mais de 205 mil crianças em cerca de 156 mil núcleos familiares.

Predomínio das soluções exteriores à família

Creches e amas até aos dois anos, infantários, jardins de infância e centros de actividades de tempos livres para depois

Como pode ser observado no quadro 1, quando as mães estão empregadas, situação da esmagadora maioria das inquiridas (68%), as soluções de guarda das crianças mais escolhidas são sempre exteriores à família. Verifica-se, assim, que até aos 2 anos, grupo para o qual a cobertura dos serviços públicos é menor, são as

Quadro 1 Soluções de guarda adoptadas quando as mulheres exercem uma profissão (em percentagem)

Com quem fica a criança quando os pais trabalham fora de casa?	Idade da criança		
	0-2	3-5	6-10
Mãe, pai ou ambos	18	6	19
Avós	16	15	19
Creche, Infantário, Jardim de Infância, prolongamentos nas escolas, CATL's	33	68	43
Ama	29	8	1
Sozinho	—	—	8
Outras situações exteriores à família	2	—	4
Outras situações familiares	2	3	6
Total	100	100	100

Nota: *Outras situações exteriores à família* = fica com a empregada, colégio interno, fica na rua com outras crianças, fica no local de trabalho do pai/mãe; *Outras situações familiares* = fica com ir-mãos, fica com outros familiares que não os avós, fica com um amigo(a) dos pais, fica com os vizinhos.

*creches*¹³ e as *amas*¹⁴ as soluções mais escolhidas. As *creches* são a escolha modal para este grupo etário (33%), embora a solução *amas* fique próxima (29%). Entre os 3 e os 5 anos, os *jardins de infância* são uma opção largamente maioritária (68%). Fora do horário escolar regulamentar, os *centros de actividades de tempos livres (ATL's)*¹⁵ e os *prolongamentos nas escolas* são as soluções escolhidas por 43% dos inquiridos para as crianças dos 6 aos 10 anos.

Soluções pagas exteriores à família, como é o caso das *amas*, assumem algum relevo no grupo de idade até aos 2 anos¹⁶ — 15% neste escalão, contra 7% no escalão dos 3 aos 5 anos e 1% no dos 6 aos 10 anos. Associado ao défice da oferta de outros serviços, o maior recurso a *amas* poderá estar também relacionado com o facto de se tratar de uma solução economicamente mais acessível e próxima das famílias do que as *creches* e *jardins de infância* comparticipados ou não pelo Estado, como veremos. O tempo de guarda da criança parece constituir, também, factor de escolha importante, na medida em que, em média, é superior ao verificado nas *creches*, públicas ou privadas (*amas* 8h30m; *creches* 7h30m).

O recurso a *empregadas domésticas* é outra modalidade de guarda das crianças mas, enquanto solução principal, ela é pouco frequente. Verifica-se em apenas 1% dos casos, e está associada a sectores de rendimentos elevados. No entanto, como solução complementar — depois do horário escolar ou do fecho dos serviços de acolhimento, por exemplo — o seu peso aumenta para 9%.

Também com menor expressão, foi possível identificar, ainda, a ocorrência de outras soluções. Merece particular destaque a situação em que a criança fica *sozinha em casa*, o que, para as crianças dos 6 aos 10 anos, acontece em 8% dos casos. Mesmo que seja de supor, dada a natureza delicada desta questão, que as respostas

obtidas se encontrem subestimadas, não deixa de ser relevante o valor indicado que sugere situações que podem ser difíceis.¹⁷ Vale ainda a pena sublinhar que em relação às crianças que frequentam a escolaridade obrigatória, a qual, como se sabe, só abrange parte do dia, verifica-se que a maioria não frequenta outro tipo de equipamento. Se compararmos as declarações dos inquiridos quanto ao que seria ideal para esta idade, com as suas declarações acerca do que se passa, verificamos que a maioria desejaria que as crianças frequentassem centros de actividades de tempos livres ou instituições do mesmo género. Ora o que parece acontecer é que a oferta deste tipo de equipamentos é muito baixa. E quando existe torna-se, muitas vezes, dispendiosa. Talvez por isso apareçam declarações do tipo deixar a criança sozinha.

Em relação às escolhas da rede familiar e, em particular ao caso dos *avós*, verificou-se que o recurso a esta solução é inferior ao esperado, e ao que até aqui tem sido apontado em trabalhos anteriores,¹⁸ constituindo-se apenas entre 15 a 19% dos casos como situação principal de guarda, dependendo das idades das crianças (quadro 1).

Ainda que sejam valores mais baixos do que se poderia imaginar, análise mais aprofundada leva-nos a concluir que, pela conjugação de diferentes factores e no cenário actual da Grande Lisboa, eles são compreensíveis e explicáveis. Em primeiro lugar, parte dos inquiridos não pode contar com o auxílio dos familiares por motivos de ordem prática, já que, como verificámos, 35% dos grupos domésticos não têm ascendentes directos a viver na região da Grande Lisboa.¹⁹

Em segundo lugar, e quanto ao conjunto dos que têm os ascendentes a viver na mesma região, há que ter em conta aqueles que, por diversas razões, não podem contar com eles nas tarefas relacionadas com a guarda das crianças.²⁰ As avós podem morar longe, ainda que na mesma grande região, ou ter outros motivos que as impeçam de prestar apoio sistemático a filhos e netos. Um desses motivos será o facto de, elas próprias, exercerem actividade profissional na altura em que os netos são pequenos. Efectivamente, a partir dos dados do recenseamento da população de 1991, é possível constatar que uma grande parte das mulheres em idade possível de ser avó se encontra, ainda, a trabalhar profissionalmente. No Continente, a taxa de actividade das mulheres entre os 45-49 anos era de 55%. Na região da Grande Lisboa esse valor atinge 68%, descendo para 54% em relação ao grupo etário 50-54 anos e para os 38% no dos 55-59 anos. Para além dos que não podem, há ainda os inquiridos que, podendo, não consideram essa a solução ideal — grupo certamente expressivo, já que é muito baixa a escolha dos avós como solução de guarda ideal para crianças em todas as idades.²¹ Não falando ainda, obviamente, das avós que não desejam fazê-lo ou que não acham adequado ocupar um papel que implica tanto empenhamento. De facto, a guarda das crianças envolve compromisso sistemático e grande disponibilidade, condições difíceis de assegurar.

De natureza completamente diferente são os apoios complementares a outras soluções socioeducativas e de guarda que os avós podem dar. E, na verdade, verificam-se mais interajudas em tarefas como levar e buscar a criança à creche ou ao jardim de infância, dar as refeições ou ficar com ela algumas horas durante parte

do dia. Sobe ligeiramente para 20%²² o número dos inquiridos que afirmam que os avós são a segunda solução de guarda das crianças e aumenta também para 34% a percentagem dos que declaram deixar as crianças com eles durante as férias ou quando os serviços de acolhimento não funcionam.²³ Estes dados convergem, aliás, com os obtidos em estudos recentes realizados na Bélgica (Bawin-Legros e T. Jacobs, 1995).²⁴

Não se podem confundir, assim, apoios complementares, que, aliás, cobrem parte reduzida da população, com soluções que podemos designar de estruturais, ou seja, as que se traduziriam no recurso aos avós como modalidade de guarda supletiva em relação aos pais ou aos equipamentos em défice. Informações resultantes de pesquisas sobre a situação de outros países contribuem, ainda, para compreender melhor esta problemática.

É sabido que as ajudas entre gerações, e as trocas entre pais e filhos adultos, se intensificam quando há crianças pequenas (Roussel, 1976; Pitrou, 1978). A guarda das crianças, sistemática ou pontual, pode ser uma das modalidades desse intercâmbio. Em França, em meados dos anos 70 e a partir de diferentes estudos, pudemos calcular que cerca de 30% de crianças estavam entregues aos cuidados das avós quando as mães trabalhavam.²⁵ No entanto, o cenário global em que estas trocas de serviços se enquadravam era claríssimo. Por um lado, foi nessa altura que começou a ser tendência geral a frequência da chamada escola maternal a partir dos 2 anos de idade. Os problemas da guarda colocavam-se assim, sobretudo, até essa idade. Por outro lado, e porque podiam envolver excesso de dependência na relação entre pais e filhos casados, estas situações eram muitas vezes vividas como mal-menor e não como solução satisfatória.²⁶ Aliás, a partir dessa altura e até aos nossos dias, desenvolveram-se bastante os equipamentos de apoio à primeira e segunda infância (Commaille, 1993), diminuindo o recurso aos avós como solução estrutural. Mas como apoios complementares as solidariedades à volta das crianças pequenas não deixam de se verificar. Só que o sentido expresso dessas trocas tende a ser cada vez mais o afectivo e menos o da prestação de serviços sistemáticos. Verifica-se mudança, em relação ao passado, nos conteúdos e significados das solidariedades familiares (Attias-Donfut, 1995: 12).

Ora, na Grande Lisboa encontramos, também, uma franja minoritária de mães que trabalham e que podem contar com o apoio das suas próprias mães como solução estrutural de guarda das crianças. Mas a grande maioria não conta já com essas ajudas, quer porque elas são impossíveis, quer porque não serão as mais desejadas. Aliada à vontade de autonomia e independência em relação aos ascendentes, encontra-se também, já, a percepção da necessidade de recurso a especialistas para a educação das crianças. Como veremos, e sobretudo para as crianças a partir dos 3 anos, é exactamente nesse sentido que apontam as respostas dos inquiridos quando os questionamos sobre soluções ideais ou acerca das razões por que optaram por soluções como creches, jardins de infância, e outro tipo de estruturas congêneres.

Em síntese, na Grande Lisboa, pela convergência de vários factores, são as soluções socioeducativas e de guarda das crianças pagas e exteriores à família as

situações predominantes. No entanto, a escassez da oferta de equipamentos, os seus custos, o nível de rendimentos ou a posição da mulher perante a actividade económica, podem impor escolhas específicas que divergem da tendência geral.

Mudança radical no espaço de uma geração

Aspecto a realçar nos resultados que estamos a apresentar diz respeito também às mudanças profundas que ocorreram no país quanto à guarda, educação e socialização das crianças, num relativamente curto espaço de tempo. Numa visão diacrónica, comparando as soluções que os inquiridos adoptam para os seus filhos com aquelas que, no passado, os seus próprios pais adoptaram, verifica-se que elas passaram da esfera parental para as soluções pagas exteriores à família. Estamos, assim, perante outro indicador que revela transformações no plano da organização e gestão da vida familiar, bem como no plano da relação das famílias com a actividade profissional dos seus membros.

Na verdade, a julgar pelos nossos resultados, os serviços de guarda e educação de crianças exteriores à família eram, há apenas duas ou três décadas, realidade praticamente inexistente na Grande Lisboa. Este tipo de serviços de acolhimento só assumia alguma relevância no grupo dos 3 aos 5 anos não ultrapassando, mesmo assim, 9% dos casos. O recurso a soluções de guarda como os avós era, também, pouco frequente (0-2 anos, 9%; 3-5 anos, 8%; 6-10 anos, 7%). Ficar com mãe era, portanto, a situação modal em todas as idades consideradas (0-2 anos, 76%; 3-5 anos, 69%; 6-10 anos, 62%).

A mudança que, no essencial, é devida à entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho é, de facto, expressiva. O indicador mais revelador das transformações ocorridas é o aumento de 9% para 55% que corresponde à escolha dos infantários e jardins de infância no grupo-etário dos 3 aos 5 anos. Do mesmo modo, como modalidade de guarda para as crianças dos 0 aos 2 anos, subiu de 1% para 24% o recurso às creches e de 3% para 15% a solução *amas*. Aumentou também, embora menos, o recurso aos CATL's (de 1% para 9%) e aos prolongamentos das escolas (de 10% para 14%). De notar, igualmente, que, em termos relativos, os avós passaram a ter um papel mais activo na guarda das crianças. No espaço de uma geração eles passam de 8% dos casos como solução principal de guarda para 16% das situações.

No plano da educação e socialização das crianças deparamo-nos, assim, com a entrada em cena de novas figuras — as instituições. As tarefas socioeducativas e de guarda das crianças passam, agora, a ser partilhadas entre as famílias e os serviços educativos. Esta realidade, em si mesma nova, simboliza um corte com os hábitos do passado e com uma lógica de continuidade de práticas entre gerações. Talvez se encontre exactamente aqui uma das chaves para explicar as inquietações demonstradas pelos indivíduos quanto às tarefas socioeducativas, como à frente melhor se verá. É que não se pode, a partir de agora, contar com as soluções ou orientações do passado para resolver os problemas do presente.

Recursos das famílias, oferta e custos dos serviços de acolhimento

Se as soluções atrás apontadas constituem tendências globais nas situações em que as mães exercem uma profissão, quando entram em linha de conta certas variáveis ou se considera a população em geral encontramos diferenças que importa assinalar. Procurando perceber o que poderá contribuir para explicar essas diferentes escolhas das famílias, viria a tornar-se claro no decurso da pesquisa que são quatro os factores que, conjugados entre si, mais directamente contribuem para as diferentes estratégias socioeducativas relacionadas com a guarda das crianças. São eles os recursos mobilizáveis pelos grupos domésticos, nomeadamente, os rendimentos e as redes familiares;²⁷ a oferta e os custos dos equipamentos; os valores e representações; a posição perante o trabalho pago e não pago dos membros da família. Estes e outros aspectos serão abordados de seguida, deixando-se no final do texto um quadro síntese.

Soluções socioeducativas e de guarda e rendimento das famílias

O quadro 2 mostra como, no conjunto da população, incluindo, portanto, também as mães que não exercem actividade profissional, se distribuem as soluções de guarda modais de acordo com o rendimento do grupo doméstico dos inquiridos. Verifica-se, de forma global, que à medida que o rendimento aumenta, sobe também, em todos os grupos de idade, a tendência para a utilização de serviços socioeducativos e de guarda exteriores à família, enquanto que a solução *mãe* vai adquirindo menor representação, com a excepção do grupo das crianças até aos 2 anos no caso do sector de maiores rendimentos.

Analisando mais pormenorizadamente estes resultados, verificamos que, nos sectores de baixos rendimentos, para as crianças até aos 2 anos e dos 6 aos 10 anos, se adoptam de forma predominante soluções parentais, ou seja, a criança fica com a mãe. No grupo dos 3 aos 5 anos já se recorre de forma mais sistemática a serviços socioeducativos como infantários ou jardins de infância. Outra característica destes sectores, no caso das crianças até aos 2 anos, é o facto de se escolherem mais as *amas* do que as *creches*, podendo isso explicar-se pela sua maior acessibilidade e o seu menor custo.²⁸

Quando as soluções dominantes são de tipo familiar (*mãe* ou *avó*), as razões apontadas para tal são, sobretudo, de natureza pragmática e instrumental: “não tenho outra alternativa” é a resposta mais frequente²⁹ e, só secundariamente, se indicam razões que se prendem com o bem-estar das crianças. No mesmo sentido vai a apresentação dos motivos que explicam a razão da domesticidade feminina nestes grupos de rendimento. Na verdade, afirma-se, fundamentalmente, que se é doméstica porque não se encontrou trabalho compatível e/ou porque não compensa trabalhar fora de casa. Como veremos melhor, o factor “custo” dos serviços de acolhimento e a ausência de alternativas contribuem para explicar estas posições. É que, aqui, tal como Agnès Pitrou verificou para os sectores populares em França, não se pode falar verdadeiramente de escolher a solução de guarda mais adequada.³⁰

Quadro 2 Solução principal de guarda, segundo o rendimento do agregado familiar (resposta modal em percentagem)

Rendimentos	Idade da criança					
	0-2		3-5		6-10	
		n		n		n
≤ 150 contos/mês	Mãe	58	J. infância	39	Mãe	42
150-250 contos/mês	Mãe	38	J. infância	56	Mãe	43
250-350 contos/mês	Creche	42	J. infância	61	Mãe/Avós/ /Escola, ATL	31
350-550 contos/mês	Mãe	33	J. infância	71	Escola, ATL	48
≥ 550 contos/mês	Mãe	57	J. infância	64	Escola, ATL	39
Total	Mãe	43	J. infância	53	Mãe	37

Nota: resposta modal para o filho mais novo.

Se, em relação às crianças até aos 2 anos, o custo de uma solução paga pode ser insuportável ou não compensador para o orçamento familiar, e por isso a mãe acaba por ficar a cuidar das crianças, já no caso das crianças mais velhas é de presumir que na resposta “fica com a mãe” haverá muitas situações em que a criança, na verdade, fica sozinha. No seu conjunto, o que estes dados parecem revelar é que estamos perante soluções que não são verdadeiramente desejadas e que se explicarão, no essencial, pela existência de constrangimentos dificilmente contornáveis. Indo ao encontro dos desejos expressos pelas famílias inquiridas, a existência mais disseminada de equipamentos acessíveis destinados às crianças poderia representar vantagem: para as crianças, porque a frequência deste tipo de equipamentos tem diversos efeitos positivos — desde os aspectos da sociabilidade, até à preparação para a escola, mas também para os rendimentos do grupo doméstico, já que este tipo de opção socioeducativa permitiria às mulheres a sua participação no mercado de trabalho.

Quanto aos sectores de rendimentos intermédios, onde é esmagadora a percentagem de mães com actividade profissional — sempre acima dos 85% —, em todos os grupos de idade das crianças privilegiam-se os serviços exteriores à família na questão da guarda e educação das crianças. As creches, infantários, jardins de infância, centros de actividades de tempos livres ou prolongamentos nas escolas são, assim, as soluções mais utilizadas.

Em relação às soluções de tipo institucional utilizadas por estes sectores, a mesma falta de serviços a custos acessíveis que vimos atrás, constitui, frequentemente, problema para as famílias. A dificuldade em encontrar serviços comparticipados, associada, talvez, a maiores exigências em relação à qualidade dos mesmos e a um maior investimento na educação das crianças, traduz-se na utilização expressiva das instituições privadas com fins lucrativos como soluções socioeducativas e de guarda. Soluções onerosas, que pesam, significativamente, no orçamento dos grupos domésticos, como veremos.

De alguma forma relacionado com a dificuldade que os sectores de rendimentos intermédios têm em encontrar serviços acessíveis de acordo com as exigências desejadas, poderá estar o facto de ser no sector de rendimentos entre os 250 e os 350 contos mensais que existe maior percentagem de famílias que recorre aos avós como solução principal de guarda das crianças (26%), valor muito superior ao encontrado em todos os outros sectores, inclusive no sector de menores rendimentos, onde esse valor não ultrapassa os 18%.³¹ Poderíamos até admitir que é porque podem contar com estes apoios por parte dos ascendentes que as mulheres, ficando mais disponíveis para integrar o mercado de trabalho, acabam, dessa forma, por aumentar as entradas financeiras no grupo doméstico, puxando-o para esta categoria de rendimentos.

Quanto aos *sectores com rendimentos mais elevados*, quando as crianças têm mais de 3 anos de idade, as soluções mais utilizadas parecem idênticas às que existem nos sectores intermédios na medida em que, maioritariamente, se recorre a soluções exteriores à família. Já em relação às crianças até aos 2 anos, eles parecem aproximar-se dos sectores menos favorecidos onde tende a ser a mãe que cuida da criança. No entanto, se a resultante é igual, as razões que conduzem a esta escolha para os dois grupos são divergentes. Enquanto nos sectores de menores rendimentos esta solução obedece a uma estratégia orientada pela necessidade, nos que detêm mais capitais corresponde à aplicação prática do que se julga ser o modelo ideal de bem-estar da criança.³² As soluções socioeducativas aproximam-se aqui daquilo a que poderíamos chamar de verdadeiras opções, uma vez que as soluções praticadas coincidem com as consideradas ideais.

Olhando agora para as soluções que se seguem às soluções modais, encontramos tendências mais variadas. Assim, no grupo de crianças até aos 2 anos, as *creches* e as *avós* surgem a seguir às soluções modais que apontámos atrás. Neste grupo as avós têm maior representação nos sectores de mais baixos rendimentos e nos sectores de rendimentos intermédios. Nos restantes sectores, depois da solução modal *mãe*, a solução mais apontada é a *creche*, excepto no sector de mais altos rendimentos onde *avós*, *creches* e *amas* surgem com representações idênticas. Em relação às crianças entre os 3 e os 5 anos, as situações mais apontadas depois da solução modal *jardim de infância* são sempre de tipo familiar (*mãe* ou *avós*), independentemente do nível de rendimentos dos inquiridos. Já em relação às crianças dos 6 aos 10 anos existem algumas variações. Temos assim, nos escalões de menores rendimentos, os *prolongamentos escolares* e os *ATL's* a funcionar em segundo plano, depois das soluções modais de tipo familiar e, nos sectores de maiores rendimentos, a *mãe* como segunda solução mais apontada.

Serviços de acolhimento: oferta, custos e distribuição geográfica

De acordo com as declarações dos inquiridos que utilizam serviços de acolhimento, como seria de esperar, a partir da situação apresentada, as instituições privadas com fins lucrativos, não financiadas pelo Estado, têm bastante peso, representando 40% dos casos. A percentagem dos serviços totalmente comparticipados pelo

Quadro 3 Custos das soluções de guarda institucionais, segundo o nível de rendimento mensal dos grupos domésticos (em contos)(*)

Rendimentos	Grupo de Idade							
	Custo médio				Custo modal			
	0-2	3-5	6-10	Total	0-2	3-5	6-10	Total
≤ 150 contos/mês	16,6	11,8	13,1	12,9	0	13,0	0	0
150-250 contos/mês	18,6	22,3	21,6	21,3	5,0	32,0	20,0	20,0
250-350 contos/mês	24,6	35,8	22,1	28,4	12,2	33,0	4,8	35,0
350-550 contos/mês	27,0	30,9	36,9	32,1	35,0	30,0	64,0	35,0
≥ 550 contos/mês	37,3	39,8	29,1	35,4	29,0	35,0	6,0	35,0
Total	23,0	24,3	22,9	23,5	35,0	35,0	20,0	35,0

(*) resposta para o filho mais novo. Não inclui o custo das amas.

Estado é muito reduzida (9%), constituindo as instituições comparticipadas um grupo de 51% (IPSS's comparticipadas, 29% e instituições privadas com fins lucrativos comparticipadas, 22%).

Analisando a distribuição global das soluções de acolhimento segundo o rendimento dos grupos domésticos, verifica-se que, no sector com menores recursos económicos, são as IPSS's³³ as soluções mais utilizadas (43%). Mas, logo de seguida, e a partir de um grupo de rendimento ainda baixo (entre 150 e 250 contos), são as soluções privadas não financiadas pelo Estado as usadas de forma prevalecte. Verifica-se, assim, que, nos sectores de rendimento médio-baixo, se despendem quantias significativas com a guarda e educação das crianças. Situação que se torna de todo evidente quando analisamos os *custos médios* dos serviços utilizados segundo o rendimento dos grupos domésticos (quadro 3).

Reflexo praticamente imediato da situação descrita é aquilo que os inquiridos declaram quanto à satisfação perante os serviços de acolhimento escolhidos. Os custos financeiros são o aspecto do funcionamento deste tipo de equipamentos que maior insatisfação suscita. Esta crítica é precisamente mais acentuada pelos sectores de rendimentos intermédios, o que é facilmente compreensível. Nos sectores com rendimentos elevados podem existir menos entraves financeiros para assegurar as tarefas socioeducativas. Quando os rendimentos são mais baixos e se existem equipamentos nas zonas de residência dos pais, com vagas, os seus custos são, muitas vezes, assegurados, quase na totalidade, pela Segurança Social ou pelas IPSS's. É, então, nos sectores intermédios, que é exigida maior participação dos pais. Por um lado, os rendimentos destas famílias não são tão insuficientes que lhes permitam ser incluídas nas categorias que abrangem os mais carenciados, para os quais as vagas nos serviços comparticipados são prioritárias e, por outro, esses rendimentos não são suficientes para recorrerem sem grande dificuldade a serviços privados.

Para confirmar o que tem sido dito, nada melhor do que avançar os preços médios por criança que os inquiridos declararam pagar neste tipo de instituições. O custo médio dos serviços de acolhimento como creches, infantários, jardins de infância e outros equipamentos similares, ronda os 24 mil escudos e a moda situa-se nos 35 mil escudos. Verificou-se que apenas 44% dos inquiridos gasta até 20 contos, despendendo os restantes sempre mais do que esta quantia. Se pensarmos nas famílias que têm mais do que uma criança, podemos bem fazer ideia do peso destas despesas no orçamento familiar. Não será este um constrangimento com implicações no planeamento familiar? Na verdade, quando questionados sobre a intenção de ter ou não ter mais filhos, só 16% declara desejar mais. O que significa que há muitas famílias que têm apenas um filho e que não querem outros. Quanto às razões para não desejar mais filhos, além dos que não querem ou não podem por razões de saúde, 45% dos inquiridos responderam que não pensam que isso venha a acontecer por motivos económicos, sociais e familiares.

Será também o custo elevado de equipamentos como as creches, aliado à sua escassez, que pode explicar a escolha das *amas*. Além da facilidade da oferta e da maior flexibilidade dos horários é, de facto, menor o custo das *amas*. Na verdade, 85% dos inquiridos que recorrem a *amas* despende até 20 contos por mês, por cada criança, rondando a média dos preços praticados os 16 mil escudos e a moda os 20 mil escudos. Simplesmente, as *amas* só constituem alternativa para as crianças até aos 2 anos. E nem sempre são boas alternativas, já que poucas oferecem garantias de formação ou boas condições para o exercício da sua função.³⁴

Relacionados com a questão da oferta de equipamentos socioeducativos destinados à infância mereceriam ainda atenção aspectos relativos à distribuição geográfica dos serviços comparticipados pelo Estado. Verificou-se que, entre os diferentes concelhos da Grande Lisboa, existem grandes desequilíbrios ao nível da oferta desses equipamentos. Enquanto que, em alguns concelhos menos populosos, como é o caso de Vila Franca de Xira, as taxas de cobertura oficial atingem mais de 40% das crianças, noutros, como é o caso da Amadora, Loures ou Sintra, com maior densidade populacional, essa taxa não ultrapassa os 7%, 11% e 12% respectivamente. Sabendo que o crescimento da oferta dos equipamentos se tem devido, em grande medida, às IPSS's, entidades que dependem da iniciativa local, podemos perceber que tais discrepâncias se fiquem também a dever, em grande parte, a diferentes dinâmicas associativas.³⁵ Ora, é possível que os concelhos e freguesias onde os equipamentos são mais necessários, sejam também aqueles em que essas iniciativas menos surgem. Como é, no essencial, através das IPSS's e das autarquias que a acção pública do Estado tem sido prevista, estes são factores a ter em conta se se desejam corrigir tais desequilíbrios no futuro.

Redes familiares, outro recurso mobilizável: quem mais precisa menos tem

Procurou-se saber que possibilidades teriam os grupos domésticos de mobilizar redes de familiares, amigos e vizinhos em alturas especiais. Para tal, perguntou-se aos inquiridos a quem e com que frequência já tinham recorrido, e a quem e com

Quadro 4 Recurso a apoios externos relacionados com a guarda das crianças (em percentagem)

Apoios externos	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	Total
Cônjuge	26	27	18	29	100
Pai	69	19	7	5	100
Mãe	50	25	14	11	100
Irmã(o)	73	21	4	2	100
Filha(o)	72	19	7	2	100
Sogros	64	23	9	4	100
Outro familiar	70	26	3	1	100
Amiga(o)	80	19	1	0	100
Vizinha(o)	75	22	2	1	100

Quadro 5 Recurso ao apoio da mãe quando têm ascendentes a residir na Grande Lisboa, segundo o rendimento do agregado familiar (em percentagem)

Rendimento	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	Total
Até 150 contos/mês	40	26	17	17	100
150-250 contos/mês	39	25	19	17	100
250-350 contos/mês	32	34	15	19	100
350-550 contos/mês	28	37	28	7	100
> 550 contos/mês	13	52	22	13	100

que frequência pensavam poder recorrer, nas situações imprevistas do dia-a-dia relacionadas com a guarda e cuidados a prestar às crianças.³⁶

À primeira vista, tanto em relação às situações já vividas como em relação a situações hipotéticas, os resultados parecerão surpreendentes para quem parta de uma perspectiva que afirme a existência de trocas de serviços intensas entre as famílias de orientação e de procriação (quadro 4).

De acordo com o quadro apresentado, verifica-se, de forma global, que os inquiridos apenas recorrem, com relativa frequência, ao apoio do *cônjuge* e, com alguma distância, ao da *mãe*. O recurso a outros familiares, amigos e vizinhos tem sempre expressão diminuta. Relativamente ao apoio do *cônjuge*, embora se verifique “sempre” em 29% dos casos são, porém, mais os homens que o afirmam (50%), do que as mulheres (11%), o que, por si só, é muito significativo das diferenças de género quanto à prestação dos cuidados às crianças. O apoio da avó

da criança nestas situações apenas se verifica “sempre” em 11% dos casos, e a resposta “nunca” surge em 50% dos casos.

Uma vez que a distância entre a residência dos pais e dos filhos constitui um constrangimento que determina as formas e a frequência das relações familiares, quisemos observar separadamente as famílias segundo a distância entre as residências das duas gerações. Assim, apesar da tendência global não se alterar, os dados reorganizam-se um pouco quando analisamos os resultados contando apenas com os inquiridos que têm os ascendentes a viver na Grande Lisboa.³⁷ Em 35% dos casos declara-se que nunca se recorre à ajuda da mãe, em 30% dos casos se recorre algumas vezes, 19% muitas vezes e só em 16% dos casos se recorre sempre.

No entanto, nesta questão, o dado mais revelador e que maiores implicações poderá ter em termos de políticas sociais é o que se refere à relação entre o recurso aos ascendentes no apoio aos cuidados com as crianças, em situações pontuais, e o grupo de rendimento. Na verdade, análise mais pormenorizada mostra que os resultados obtidos contrariam a ideia segundo a qual o recurso a redes familiares e de vizinhança tende a aumentar entre as famílias com menores recursos económicos. Não é, de facto, o que se verifica aqui, sendo caso para dizer que quem, à partida, mais poderia precisar, menos ajuda tem.

Nos grupos de menor rendimento é muito mais significativo o número dos que dizem “nunca” recorrer ou só recorrer “algumas vezes” à mãe numa situação de necessidade, do que os que dizem recorrer “sempre” ou “muitas vezes”. No entanto, parece haver um grupo reduzido mas estabilizado (à volta dos 16-17%) que, como já tinha acontecido em relação às soluções estruturais de guarda, conta sempre com o apoio dos ascendentes nas tarefas socioeducativas e nos cuidados com as crianças e outros 17% que dizem recorrer muitas vezes.

Quando os rendimentos são mais elevados a resposta “algumas vezes” é claramente a resposta modal. O que pode significar, olhando também para as outras escolhas, que nestes sectores se recorre apenas de forma supletiva a este tipo de apoios, mas que se sabe que é possível, quando necessário, mobilizá-los. Conclusões que vão na linha do que foi dito atrás a propósito da tendência para centrar as solidariedades entre gerações mais nas trocas afectivas do que na prestação sistemática de serviços.

Sintetizando, podemos dizer, em relação às redes de interajuda familiar, que elas estão menos presentes do que seria de esperar. Além disso, a parte mais significativa dos que mais poderiam precisar desses apoios são os que com eles menos podem contar. Estes dados confirmam, e ampliam até, o que atrás foi dito. A ideia da supletividade da família em relação ao Estado, no cumprimento das tarefas socioeducativas e de guarda, parece estar posta em causa, no que toca à Grande Lisboa.³⁸

Soluções ideais e utilidade dos serviços

A mãe como solução ideal até aos 2 anos

Saber quais as soluções socioeducativas e de guarda que os inquiridos consideravam ideais foi outro dos objectivos do inquérito. As posições detectadas são, na

globalidade, relativamente claras e consensuais, embora totalmente distintas quando se referem a crianças até aos 2 anos ou a crianças com 3 e mais anos. No primeiro caso, a grande maioria (86%) considera, como solução educativa e de guarda ideal, que as crianças fiquem com os pais (mãe, pai ou ambos),³⁹ enquanto a partir dos 3 anos são largamente os equipamentos socioeducativos os mais escolhidos.

Ficamos assim a saber que, sem constrangimentos de qualquer natureza (financeiros ou outros), e ao contrário do que se verifica actualmente na prática, os pais, e particularmente as mães, achariam ideal tomar conta dos seus filhos durante os seus primeiros 2 anos de vida. Tal posição não significa, no entanto, que se considere que as mulheres devam deixar de trabalhar no exterior para ficar com as crianças em casa. Outras opiniões expressas, nomeadamente as que se referem ao trabalho profissional feminino, ou à necessidade de mais serviços de guarda e educação para as crianças, como veremos, conduzem-nos a pensar que se deseja no plano das ideias conciliar, acima de tudo, a vertente profissional com a familiar. Cuidar das crianças durante os primeiros meses (ou anos) de vida é uma situação encarada como uma interrupção na actividade profissional, que se deseja retomar logo que a criança tenha a idade considerada adequada para frequentar uma creche ou um jardim de infância.

Afastadas das versões de cariz essencialmente maternalista, que atribuem às mulheres o exclusivo dos cuidados com os filhos, as respostas dos inquiridos permitem-nos concluir que, em termos de modelo ideal, e para as crianças até aos 2 anos, se tendem a desejar situações como as que existem em países como a Suécia, a Noruega ou a Dinamarca. De facto, nestes países, as licenças parentais pagas permitem aos pais acompanhar os seus filhos, sem que isso signifique a perda do posto de trabalho, como se pode ver na figura 3 no final do texto.

Infantários, jardins de infância e centros de actividades de tempos livres a partir dos 3 anos: não só úteis como desejáveis

Já em relação às crianças a partir dos 3 anos, para 70% dos inquiridos as soluções referidas como ideais são os serviços como infantários, jardins de infância, colégios, etc.⁴⁰ Corroborando esta posição, 95% dos inquiridos concorda que nestas idades é “desejável” que as crianças frequentem equipamentos socioeducativos desta natureza de modo a ficarem melhor preparadas para a escola, para conviver com outras crianças e para estimular a sua criatividade. Soluções como CATL's e prolongamentos escolares são igualmente apontadas como ideais pelos pais, para as crianças em idade escolar, nos períodos do dia não cobertos pelo horário escolar regulamentar.

Embora seja grande o consenso encontrado em relação à situação ideal para os diferentes grupos etários das crianças, considerando na análise algumas variáveis verificam-se ligeiras diferenças. Assim, a defesa de soluções ideais como creches, infantários ou jardins de infância é mais forte entre aqueles que têm maiores níveis de escolaridade. Nos sectores menos escolarizados e com menores rendimentos, embora sejam também os serviços exteriores à família os mais

Quadro 6 Opinião sobre a utilidade dos serviços socioeducativos e de guarda das crianças segundo a escolaridade dos inquiridos (em percentagem)

Utilidade dos serviços	sino básico	Ensino secundário	Ensino méd./ sup.	Total
Para prepará-los para a escola	52	24	28	40
Para tomar conta deles enquanto os pais trabalham ou têm outras actividades	16	12	5	12
Para estimular a sua criatividade, imaginação e inteligência	13	40	34	24
Para que aprendam a relacionar-se com outras crianças e adultos	13	18	27	17
Para que se disciplinem, respeitando e obedecendo a regras e aos outros	3	3	3	3
Para que a criança aprenda com pessoas qualificadas coisas que os pais não podem ou não sabem transmitir	3	3	3	4
Total	100	100	100	100

apontados como ideais, a escolha das soluções familiares é um pouco mais expressiva do que no grupo anterior. Posições que, num certo sentido, talvez se possam explicar por uma tendência geralmente mais “familiarista” nos sectores menos escolarizados.⁴¹

Quando se trata de apontar as vantagens das soluções exteriores à família, os dados obtidos são claros. A maioria dos inquiridos (83%) concorda total ou parcialmente que, quando chega a idade de entrar para a escola, as crianças que ficam entregues apenas aos cuidados de familiares têm mais dificuldades em se adaptar ao ambiente escolar. Assim, observando as respostas sobre a utilidade dos serviços socioeducativos para as crianças, verificamos que a principal função apontada é a preparação para a escola (40% das respostas), seguindo-se o estímulo da criatividade, imaginação e inteligência (24%) e, em terceiro lugar, possibilitar às crianças que aprendam a relacionar-se com outras crianças e adultos. É de salientar a fraca importância atribuída à função de guarda deste tipo de serviços. Apenas 12% dos inquiridos a consideram como o aspecto mais importante.

Mais uma vez, porém, é possível encontrar diferenças a partir da variável escolaridade. A percepção dos benefícios da frequência deste tipo de serviços como meio de preparação para a escola é mais acentuada nos sectores menos escolarizados, e com menores rendimentos, o que, de alguma forma, reflecte o assumir da sua importância enquanto forma de limitar o insucesso escolar. Os sectores com mais recursos de capital escolar e com rendimentos médios-altos, apostam mais nos benefícios do estímulo à criatividade e à inteligência provavelmente porque consideram a preparação para a escola como um dado já adquirido.

Conclui-se, assim, que, de forma largamente maioritária, os inquiridos consideram que, para as crianças a partir dos 3 anos, as soluções socioeducativas e de guarda exteriores à família são encaradas não só como úteis mas, principalmente, como desejáveis e vantajosas para a sua socialização e educação escolar. Exprime-se a consciência da necessidade de partilha das tarefas de socialização entre família e outras instituições educativas, como se se tratasse de processos inevitáveis da modernidade.

As vantagens da utilização deste tipo de equipamentos e, em especial, quando eles oferecem garantia de qualidade, são geralmente reconhecidas. Sublinha-se a sua necessidade nos países da Europa em que existem e lamenta-se a sua inexistência nos países em que estão em falta. De facto, é o que se conclui em diversas pesquisas. Num estudo sobre conciliação entre vida profissional e familiar, que comparava mães francesas e inglesas, com formação universitária e crianças pequenas, verificou-se que as inglesas revelavam diferentes tipos de dificuldades e mesmo mal-estar, exactamente porque, e ao contrário das mães francesas, sentem falta de estruturas de apoio que permitam harmonizar maternidade com actividade profissional (Hantrais, 1990). Para melhor percepção desta problemática veja-se a figura 2 no final do texto onde se comparam diferentes tipos de Estado-Providência e modelos de guarda na União Europeia.

Expectativas face ao Estado: mais equipamentos e maior flexibilidade no trabalho

As posições assumidas pelos inquiridos, largamente favoráveis aos serviços e equipamentos exteriores à família, são confirmadas também pelas expectativas que revelam face às medidas a tomar pelo Estado. De facto, o que se espera que o Estado faça quanto ao apoio às tarefas educativas centra-se na oferta de mais serviços (24%) e na criação de condições laborais que permitam às famílias ter apoio externo na questão da guarda e educação das crianças — flexibilização dos horários de trabalho (23%) e criação de empregos a tempo parcial (19%). Só secundariamente se refere o aumento de subsídios (15%) ou preços dos equipamentos mais acessíveis (12%). Parece assim ficar ainda mais claro que a maioria das famílias pretende meios para conciliar a vida familiar com a vida profissional.

Surgem, no entanto, algumas diferenças, quando consideramos as respostas em função dos rendimentos e da escolaridade dos inquiridos. Os que detêm maiores rendimentos e mais elevadas qualificações escolares dão prioridade à flexibilização dos horários de trabalho e colocam em segundo lugar o aumento e melhoria dos serviços públicos de acolhimento de crianças. Pelo contrário, entre os sectores de rendimentos médios, confirmando o que já foi dito sobre as dificuldades que parecem sentir, os inquiridos dão maior importância ao aumento e melhoria dos serviços públicos de acolhimento de crianças. Quanto aos inquiridos que pertencem aos agregados com mais baixos rendimentos (até 150 contos), coloca-se em primeiro lugar a criação de empregos a tempo parcial para pais com filhos pequenos e em segundo lugar, com muito pouca diferença percentual, o aumento de subsídios.

No entanto, e paralelamente a esta posição, verifica-se que, em relação às políticas vigentes, nomeadamente a utilização de subsídios e benefícios previstos na lei, as famílias exploram ao máximo todas as oportunidades de auxílio. Tendo em conta a utilização dos diferentes subsídios estatais existentes, verificou-se que, de um modo geral, e com a natural excepção do subsídio de educação especial, os inquiridos recorrem aos apoios a que têm direito.⁴² Os subsídios mais utilizados são o abono de família (95%) e o subsídio de nascimento (90%). Além disso, 71% dos inquiridos recorreram ao subsídio de maternidade e paternidade. Considerando que este subsídio apenas pode ser utilizado por trabalhadores abrangidos pelo sistema de Segurança Social, constata-se que é utilizado pela generalidade das pessoas nestas condições.

Em síntese, na Grande Lisboa, quando as mães trabalham no exterior, predomina a utilização de soluções socioeducativas e de guarda das crianças, pagas, situação que representa mudança radical em relação ao passado quando esta dimensão da vida familiar se desenrolava no quadro parental. Por um conjunto de diversos factores e, talvez, ao contrário do que se esperava, as redes familiares funcionam muito restritamente. A escassez dos equipamentos socioeducativos acessíveis às famílias, sobretudo de médios e baixos rendimentos, tem como consequência soluções menos desejadas e financeiramente pesadas. Considera-se que os equipamentos socioeducativos não só são úteis como desejáveis para o desenvolvimento das crianças, e as expectativas face ao Estado vão no sentido do reforço ou da criação de mais estruturas de acolhimento. Bem nítido, assim, o desejo de conciliar vida familiar com vida profissional.

Vida familiar e trabalho pago: uma relação difícil. Mães com elevada taxa de actividade profissional

Retomando o que foi dito no início, os resultados do questionário mostram que no conjunto da população inquirida há uma elevada taxa de actividade masculina.⁴³ Mas, tal como se esperava, também é muito alta a taxa de actividade feminina (74%),⁴⁴ valor elevado no contexto europeu, como se pode constatar no quadro síntese no final do texto. A partir dos dados recolhidos verifica-se, ainda, a existência de 24% de domésticas, situação que, como veremos, não se distribui de forma idêntica pelo espectro social.

Na sua globalidade, estes resultados mostram as profundas mudanças ocorridas em Portugal no domínio do trabalho e da família. Com efeito, o crescimento da taxa de actividade feminina, nos últimos 15 anos, foi extremamente acentuado.⁴⁵ A relação que se estabeleceu entre este facto e a mudança nas soluções de guarda das crianças é evidente. Vejamos, agora, algumas das especificidades da situação dos homens e das mulheres perante o mercado de trabalho.

Quadro 7 Indivíduos com actividade económica segundo a profissão (em percentagem)

Profissões	Continente (1992) (dos 25 aos 44 anos)			Grande Lisboa (1997) (amostra inquérito)		
	H	M	Total	H	M	Total
Directores e quadros dirigentes	11	8	9	11	5	8
Profissões intelectuais e científicas	9	11	10	12	14	13
Profissionais técnicos intermédios	11	14	13	12	13	13
Empregados administrativos	9	17	13	12	20	16
Empregados do comércio e serviços pessoais	11	19	15	15	16	15
Trabalhadores da agricultura e da pesca	3	5	4	—	—	—
Trabalhadores da indústria e dos transportes	41	16	29	33	5	20
Trabalhadores não qualificados	5	10	7	5	27	15
Total	100	100	100	100	100	100

Nota: os dados relativos ao Continente no ano de 1992 tem como fonte o INE, mas foram retirados de J. F. Almeida *et al.*, (1994: 307-330).

*Diferenças entre homens e mulheres perante a actividade profissional:
mais mulheres no trabalho não qualificado*

Confirmando tendências já conhecidas, conclui-se que na Grande Lisboa, tal como a nível nacional, as estruturas do emprego masculino e feminino têm características distintas. As diferenças são de vária ordem e passam pela representação nas diferentes categorias profissionais, pela continuidade no desempenho da actividade profissional, pela segurança na profissão, pela posição ocupada dentro da profissão, pelo tipo de inserção no mercado de trabalho, pelos salários ganhos.⁴⁶ Efeitos do que na literatura vem sendo designado por segregação horizontal, vertical e transversal da estrutura do emprego feminino (Ferreira, 1993: 239).

Verificam-se, desde logo, diferenças ao nível do Continente, que se materializam na maior dispersão relativa das mulheres por vários grupos profissionais e maior concentração de homens em certas profissões. Situação a que não será estranho o facto de a subida da participação feminina no mercado de trabalho se ter operado também à custa de mutações no campo do próprio emprego (André, 1993), de que são exemplo o crescimento do sector terciário, o declínio do sector primário e a retracção do secundário. Mas ocorrem paralelamente outros fenómenos. Por um lado, verifica-se a concentração dos empregos femininos em categorias muitas vezes caracterizadas pela precariedade, pelos baixos níveis salariais e pelas fracas perspectivas de estabilidade, tendência particularmente visível na Grande Lisboa. Por outro lado, nota-se certa preponderância feminina em sectores de actividade caracterizados por altas qualificações escolares, como é o caso das profissões intelectuais e científicas, envolvendo estas categorias, no entanto, muito menos efectivos do que as anteriores. Vejamos, para já, a distribuição pelos grandes

grupos de profissões de homens e de mulheres, comparando os resultados obtidos na nossa amostra com os valores que se observam no Continente para o mesmo grande grupo etário (quadro 7).

Comparando os homens com as mulheres, no Continente, nota-se que estas se distribuem mais pelos diferentes grupos profissionais, verificando-se que a sua profissão modal — empregadas do comércio e serviços pessoais, 19% — não se distancia muito das seguintes — empregadas administrativas, 17% e trabalhadoras da indústria e dos transportes, 16%. Para os homens, em contrapartida, a concentração é maior, sendo, de longe, na categoria dos *trabalhadores da indústria e transportes* que se podem encontrar mais efectivos (41%).

Comparemos agora os dados relativos ao Continente com os que se obtiveram a partir da nossa amostra para a Grande Lisboa. Em relação ao total de homens e mulheres descem os valores das categorias profissionais como *trabalhadores da indústria e dos transportes* e, ligeiramente, o dos *directores e quadros dirigentes*, para subirem, também pouco, todos os outros, excepto o grupo dos *trabalhadores não qualificados* que conhece subida mais significativa. Torna-se mais relevante esta comparação quando confrontamos o que acontece com homens e mulheres. De facto, no primeiro caso, não se verificam grandes alterações exceptuando a descida dos *trabalhadores da indústria* e a correspondente ligeira subida de todas as actividades relacionadas com os serviços existentes na grande cidade e, também, das já assinaladas *profissões intelectuais e científicas*; isto é, a estrutura muda pouco. O mesmo não se passa quando analisamos as categorias femininas. Ocorre verdadeira transferência de efectivos: quase triplicam as *trabalhadoras não qualificadas* e desce muito significativamente a percentagem das *trabalhadoras da indústria e dos transportes*. A subida mais significativa verifica-se, precisamente, em categorias precarizadas e de salários baixos.

Apesar de os efectivos não serem muito altos nas *profissões intelectuais e científicas* e nos *empregados administrativos*, há mais mulheres do que homens nestas categorias, quer no Continente, quer na Grande Lisboa. Sendo verdade que a maior representação feminina relativa aos *empregados administrativos* não significa, necessariamente, maiores qualificações, já em relação à maior percentagem de mulheres nas profissões intelectuais e científicas isso pode estar associado a menor segregação sexual existente no sistema de ensino (Ferreira, 1993). Verifica-se, de facto, incongruência entre a igualdade de oportunidades no sistema de ensino e no acesso ao emprego.

Apesar disso, o facto mais relevante na passagem do Continente para o nível da Grande Lisboa, é, no plano do emprego feminino, o aumento do trabalho não qualificado e não tanto a subida das profissões mais escolarizadas. Sinal, assim, de que a oferta de emprego se centra na multiplicidade de actividades, ligadas aos serviços, que não se traduzem em empregos com lógica de carreira, mas apenas de contributo financeiro para o grupo doméstico.

A continuidade no desempenho da profissão é outro factor distintivo entre actividade profissional dos homens e das mulheres.⁴⁷ Ainda que se tenha verificado, a partir do questionário aplicado, que a interrupção na actividade profissional é, em termos gerais, muito reduzida, são as mulheres que mais a interrompem.

Mas, um dos dados mais relevantes é, talvez, o de que a maior causa de interrupção da actividade profissional, quer para homens quer para mulheres, é o despedimento.⁴⁸ Conclui-se, assim, que, na globalidade, as razões das interrupções se baseiam muito mais nas lógicas do emprego do que nas lógicas da família.⁴⁹

Outro indicador a ter em conta relativamente ao posicionamento face ao trabalho profissional é a fraca representação do trabalho a tempo parcial. Ao contrário do que se verifica em outros países da União Europeia, onde ao aumento da participação feminina no emprego corresponde um aumento do trabalho a tempo parcial, em Portugal o peso desta modalidade de trabalho na actividade feminina é pouco significativo apontando os nossos resultados para 13%. Embora sejam as mulheres quem mais trabalha a tempo parcial,⁵⁰ esse facto explicar-se-á mais pelos constrangimentos inerentes ao perfil do emprego feminino do que a opções reais. Trabalhar menos horas poderá significar salário menor e a actividade poderá deixar de ser compensadora. Aliás, este tipo de trabalho está associado a inserções profissionais sem grandes qualificações e à precariedade do emprego (André, 1993). Na verdade é quem tem menos habilitações escolares quem sente maior instabilidade profissional e detém menores rendimentos, quem mais trabalha a tempo parcial.

Quanto ao que se passa entre as famílias onde a mulher não exerce profissão, nota-se que esta situação ocorre em grupos socioprofissionais bem definidos. Existe maior número de domésticas entre as mulheres casadas com operários. Duas hipóteses explicativas para esta situação. A primeira relaciona-se com o binómio inserções profissionais destes operários e custo dos equipamentos destinados às crianças. Pode acontecer que sejam inserções estabilizadas, permitindo o desenvolvimento de estratégias que tornam a domesticidade feminina possível e pragmática. Como os custos dos equipamentos socioeducativos são elevados, e as qualificações escolares e profissionais destas mulheres são, muitas vezes, baixas, trabalhar fora de casa pode não compensar.⁵¹ Outra hipótese, eventualmente complementar, é a de que nestes sectores exista ainda uma visão mais tradicional do papel das mulheres como donas-de-casa e mães, conclusão a que se poderá chegar a partir da análise de outras respostas.

Encontramos, ainda, um número relativamente alto de domésticas no grupo socioeconómico dos *dirigentes e quadros superiores*. Estarão aqui, por um lado, aquelas inquiridas que acham que em certas idades a criança deve ser acompanhada pela mãe e, nesse caso a domesticidade será verdadeira opção, embora possa ser temporária. Por outro lado poderemos encontrar, também aqui, certas posições mais tradicionalistas face à divisão conjugal do trabalho.

Ao contrário, entre as mulheres casadas com trabalhadores não qualificados existe menor taxa de domesticidade. Dada a instabilidade e precariedade económica desse grupo socioprofissional, é possível que o salário feminino se torne aqui uma mais-valia indispensável à sobrevivência desses grupos domésticos. Também é quase nula a representação das domésticas no grupo das *profissões intelectuais e científicas*, das *profissões técnicas intermédias* e dos *empregados administrativos*. Todos estes tendem a formar um contingente populacional caracterizado pela dupla profissionalização.

Quadro 8 Percentagem de mulheres domésticas segundo o grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Percentagem
Ensino básico	34
Ensino secundário	22
Ensino superior	—
Total	24

Quadro 9 Percentagem de mulheres domésticas segundo o nível de rendimento do grupo doméstico

Rendimento mensal do grupo doméstico	Percentagem
Até 150 contos	29
150 a 250 contos	33
250 a 350 contos	9
350 a 550 contos	9
Mais de 550 contos	26
Total	24

Esta distribuição pode ser verificada de outra forma. Como vemos no quadro 8, não se encontraram mulheres domésticas com formação escolar de nível médio ou superior. E, confirmando-se o que atrás foi dito, a maioria das domésticas tem apenas o ensino básico e localiza-se nos sectores de menores rendimentos.

Por outras palavras, quanto maior é a formação escolar menor é a probabilidade de se ser doméstica. Mas esta relação não é exactamente a mesma quanto ao rendimento. Embora elas sejam predominantes nos sectores de menor rendimento, de facto, há mais domésticas nos sectores com rendimentos mais elevados do que nos intermédios. O facto de ter mais rendimentos associado, no entanto, a menor formação escolar e a responsabilidade pela educação dos filhos, pode tornar menos motivante a participação numa actividade profissional que muito provavelmente não se traduziria numa carreira.

Desejo de conciliação entre trabalho pago e vida familiar

Opiniões expressas em relação ao trabalho profissional feminino conduzem-nos a pensar que se deseja, acima de tudo, articular plenamente as vertentes profissionais e familiar. Na verdade, não encontramos nas respostas dos inquiridos sinais de privilégio de atribuição da função essencialmente materna às mulheres com filhos pequenos, como é possível encontrar noutros países (Kunzler, 1995). Além disso, também é

verdade que, em Portugal, o rápido crescimento da taxa de actividade feminina não se pode explicar apenas por factores económicos. Embora sejam importantes, o que é manifesto através dos baixos salários masculinos, há outros aspectos, como veremos, que contribuem para explicar a profissionalização feminina.

Ao procurar conhecer opiniões sobre a divisão sexual do trabalho pago e não pago no contexto da família, pudemos constatar que, na globalidade, e em termos ideais, a maioria dos inquiridos adere a um modelo simétrico. Na verdade, 58% afirma que “na família o ideal é que tanto o homem como a mulher tenham uma actividade profissional e que ambos cuidem dos filhos e partilhem as tarefas domésticas”.⁵² Considerando apenas as respostas dos inquiridos que exercem profissão, são as mulheres que mais defendem esta posição (67% contra 55% dos homens). Por seu lado são mais os homens quem afirma que “na família o ideal é que a mulher tenha uma actividade profissional menos absorvente do que a do homem de modo a que possa assegurar uma grande parte dos cuidados com os filhos e o essencial das tarefas domésticas” (homens 33%; mulheres 25%). Apenas 10% dos inquiridos considera que “na família o ideal é que só o homem exerça actividade profissional e a mulher se ocupe da casa e dos filhos”, verificando-se que são os homens quem mais defende este modelo (homens 12%; mulheres 8%).

De acordo com os resultados obtidos, vemos, ainda, que o posicionamento perante um modelo familiar de divisão do trabalho mais ou menos assimétrico está associado a sectores com perfis económicos, escolares e profissionais específicos. Assim, a defesa do modelo simétrico pode ser encontrada, no caso das mulheres, nos sectores mais escolarizados (desde o ensino secundário ao médio e superior), com *profissões intelectuais* (89%), *técnicas intermédias* (85%), e nas *trabalhadoras da indústria* (70%); o modelo atenuado é mais defendido em sectores profissionais como *empregadas administrativas* (41%), *empregadas do comércio e serviços pessoais* (32%), *directoras e quadros dirigentes* (22%), nas *trabalhadoras não qualificadas* (26%) e em sectores com escolaridade básica ou mesmo secundária; finalmente, a defesa do modelo assimétrico tradicional, encontra-se, simultaneamente, nos grupos mais desfavorecidos e desprovidos de capitais económicos e culturais, como as *trabalhadoras não qualificadas* (17%) e entre as que detêm capital financeiro mas, eventualmente menor capital escolar, como as *directoras e quadros dirigentes* (11%), (Viegas, et al., 1998).

Razões, passadas e presentes, para o protagonismo feminino

Podemos explicar ideias tão favoráveis à igualdade plena entre homens e mulheres em dois planos que, obviamente, se articulam. O das ideias, passadas e presentes, e o das práticas e das situações objectivas.

Vejam os primeiro. Portugal era, antes do 25 de Abril, um país dominado no plano político por ideias retrógradas no que dizia respeito à família e ao lugar da mulher na sociedade. A revolução de Abril representou viragem significativa, nesse plano, opondo-se então a autonomia, a liberdade de decidir, a necessidade de independência financeira, às visões excessivamente carregadas de dedicação, sacrificial e vitimizada, das mulheres ao lar e à família. Embora junto de vários

sectores mais instruídos essas ideias começassem, sobretudo nos anos 60, a ser postas em causa, foi só depois de 74 que elas foram perdendo claramente impacto, tornando-se progressivamente dominantes as perspectivas igualitárias entre homens e mulheres. Podemos dizer que hoje é pouco popular defender que as mulheres devem apenas circunscrever a sua actividade à família e ao lar. Mas se o discurso “adequado” no tempo presente é o da igualdade, isto não significa que ela, na prática, como veremos abundantemente, se aplique de facto. Por outro lado, embora em perda acentuada, não deixam de subsistir, localizadamente, visões tradicionalistas. Mas vejamos ainda outros factores objectivos e conjunturais que podem ter contribuído para a ideologia igualitária.

Nos sectores sociais mais desfavorecidos, o fenómeno da emigração teve como efeitos indirectos um certo protagonismo feminino. As mulheres que ficavam eram obrigadas a decidir sozinhas, confrontavam-se com situações novas, assumiam posições, organizavam e geriam a vida familiar, experimentavam alguma liberdade. As que saíam com os cônjuges conheciam outras realidades, e, caso regressassem, seria mais difícil para elas aceitarem velhas sujeições. O desenvolvimento, mesmo forçado, do protagonismo das mulheres, o conhecimento de outros mundos, contribui para a criação de uma nova imagem das competências femininas fora do lar (Torres, 1995).

Noutros sectores sociais, mais escolarizados, a guerra colonial (1962-1974) vem introduzir algumas alterações. O surto de relativo crescimento económico dos finais de 50 tinha criado postos de trabalho para quadros médios e superiores, mas a guerra colonial e o serviço militar obrigatório adiam até 4 anos o momento de entrada dos jovens, homens, na vida activa, quando não impõe saídas do país e outras mudanças.⁵³ Em contrapartida, as jovens, universitárias ou com escolaridade secundária, tinham os potenciais cônjuges ou a acabar os cursos para depois ir para a guerra, ou na guerra. Por outro lado, deparavam-se-lhes oportunidades de emprego compatíveis — função pública, professorado, e mesmo empresas. O tempo de espera para que os homens regressassem parecia demasiado longo, a possibilidade de, além de ocupar o tempo, realizar dinheiro, era atraente. Essas oportunidades foram, assim, agarradas por algumas dessas jovens. Uma vez entradas no mundo do trabalho raras são as saídas. Nestes sectores sociais, a compatibilização da vida familiar com a vida profissional conta, ainda nessa altura, com apoios domésticos pagos, baratos e abundantes.⁵⁴ Com o 25 de Abril, a situação altera-se mas não o suficiente para fazer o processo regredir, reforçando-se, aliás, a ideologia da independência e autonomia das mulheres.

Ora os efeitos desmultiplicados destas experiências são mais vastos do que à primeira vista se possa pensar. Por um lado, temos o já conhecido papel das chamadas classes médias urbanas, como difusores de novas ideias que acabam sendo adoptadas até por aqueles que têm menos condições para as pôr em prática (Almeida, J. F., 1990). Por outro lado, podemos contar também com consequências a prazo mais prolongado. Conclusões de várias pesquisas apontam para a importância dos efeitos de transmissão, no plano dos comportamentos, de uma geração a outra, mostrando que a actividade profissional das mães tem efeitos indubitáveis na entrada das filhas no mercado de trabalho. Estes efeitos são, aliás, tanto mais

reforçados quanto maior for o nível de ensino atingido pela mãe.⁵⁵ Nesta perspectiva, e particularmente na Grande Lisboa, a participação no mercado de trabalho das jovens com escolaridade secundária e universitária nos anos 60 e 70 pode contribuir para explicar os altos níveis de participação actual das jovens portuguesas (Guerreiro e Romão, 1995)⁵⁶ — algumas das quais serão certamente suas filhas — no ensino superior, mesmo em sectores tradicionalmente masculinos,⁵⁷ e também a sua propensão para desejar conciliar plenamente a actividade profissional com a vida familiar.⁵⁸

Noutros sectores sociais, aliás mais expressivos em termos numéricos, podemos localizar factores que também contribuem para explicar a alta taxa de actividade feminina. Numa pesquisa realizada em Portugal, em que, entre outros objectivos, se procurava, através da técnica da entrevista, analisar as relações entre vida conjugal e trabalho, mostra-se que, mesmo nos meios mais carenciados e quando se desempenham trabalhos pouco qualificados, o emprego feminino tem outros significados que não apenas o da sobrevivência económica. Há vários aspectos que as mulheres valorizam no trabalho pago: maior autonomia e poder relativo no contexto da relação conjugal, sociabilidade e fuga ao fechamento doméstico, factores identitários decorrentes do reconhecimento de competências, possibilidade de consumos e estilos de vida menos limitativos (Torres, 1995: 186).

Claro que poderíamos dizer, particularmente nos sectores mais desfavorecidos, que este tipo de valorização equivale a fazer da necessidade virtude. Mas não será só isso. Há também efeitos de trajectória importantes. Em muitos casos, quando estas mulheres se comparam com as suas mães sentem que progrediram, que a vida para elas mudou. Lembram-se das condições económicas difíceis, e por vezes dos maus-tratos infligidos pelos homens que ninguém ousava então pôr em causa. Na verdade, no contexto da relação familiar hoje em dia, embora persistam assimetrias, o ambiente é mais democrático e a dominação masculina menos opressiva. O contributo directo, além do indirecto, das mulheres para o sustento da família, contribui para essa melhor atmosfera. Mas, como veremos, isso não é, ainda, suficiente para impor uma divisão menos assimétrica das responsabilidades familiares. Tudo se passa assim como se fosse ainda preciso pagar o preço dessa maior autonomia relativa. Preço pago através do sobretrabalho, da dupla jornada, ou, como veremos também, das inquietações e culpabilizações.

Assim, pelo lado das mulheres e pela convergência dos factores referidos, parece não haver condições para sustentar um discurso de valorização exclusiva do respectivo papel como mães e donas de casa, mesmo nas fases do ciclo de vida em que as crianças são pequenas. Mas, do lado dos homens, por razões diferentes, e falando sobretudo dos que aceitam a igualdade de forma mais reticente, também não. Eles não podem sustentar esse discurso porque não têm condições económicas para assumir as suas consequências.

Pais cansados e culpabilizados

A relação entre trabalho pago e vida familiar foi outro aspecto sobre o qual quisemos conhecer a posição dos inquiridos. Pediu-se-lhes que mostrassem o seu

Quadro 10 Disponibilidade para a vida familiar: inquiridos que exercem uma profissão (em percentagem)

Disponibilidade	Concordo		Concordo parcialmente		Discordo		Discordo parcialmente	
	H	M	H	M	H	M	H	M
O meu trabalho é muito cansativo e tenho falta de paciência quando chego a casa	37	41	35	37	18	15	10	7
Os meus filhos merecem mais atenção do que aquela que eu lhes posso dar	53	62	21	16	15	18	11	4

grau de concordância perante um leque variado de questões referentes à actividade profissional ou à vida familiar. As repostas não deixam margens para dúvidas quanto ao facto de se tratar de uma relação difícil. Vejamos as escolhas perante duas dessas afirmações (quadro 10).

Se somarmos as concordâncias das mulheres, quanto ao trabalho ser cansativo, temos 78% a afirmá-lo, e são 79% a dizer que os filhos merecem mais atenção do aquela que elas podem dar. Para os homens, para escolhas idênticas, a mesma soma dá origem a 72% e 74%, respectivamente. Pais e mães estão ambos cansados pelo trabalho e culpabilizados pela menor atenção que consideram dar aos filhos, mas as mulheres ainda estão mais. Note-se, ainda, que a concordância total com a ideia de que os filhos merecem mais atenção do que aquela que eventualmente recebem é bem mais frisada por estas do que por aqueles.

Verifica-se, também, que um conjunto de variáveis tem o seu efeito na distribuição das opiniões. O número de filhos, por exemplo, faz variar nitidamente a declaração "os meus filhos merecem mais atenção do que aquela que eu lhes posso dar". Dos que têm quatro filhos, 90% concorda, total ou parcialmente, com esta afirmação; e dos que têm um e dois filhos são, respectivamente, 62% e 68% os que assumem idênticas posições.

Também os níveis de rendimento, o tipo de profissão, e de instrução, se traduzem em diferenças de resposta. Quanto às distinções introduzidas pelo rendimento podemos verificar que elas se articulam a distinções por sexo. Assim, quanto aos homens, a concordância plena quanto ao facto de o trabalho ser cansativo é bem mais significativa, em primeiro lugar, no grupo dos mais altos rendimentos (44% concordam, para uma média de 34%) e, depois, no dos mais baixos (37% concordam). Os sectores intermédios tendem a aderir a esta ideia mais em termos de concordância parcial — 53%, dos que têm rendimentos entre 350-550 contos, concordam parcialmente com esta ideia, para uma média de 31%. Quanto às mulheres, a distribuição das posições é diferente. A concordância total concentra-se no grupo dos menores rendimentos (44% para uma média de 35%) e assume valores menos expressivos nos altos e nos intermédios, sendo em contrapartida a

concordância parcial a que se adere mais nesses sectores de rendimento. Quanto à escolaridade, não se nota diferenças entre homens e mulheres. Concordam mais com a ideia segundo a qual o trabalho é cansativo os que têm o ensino básico e isto é válido para ambos os sexos. Os que têm mais formação escolar tendem a preferir as posições de concordância parcial, o que ocorre quer com homens quer com mulheres.

A conjugação entre as duas variáveis, rendimento e escolaridade torna-se clara através da análise das respostas por profissão dos inquiridos. Na verdade, quer para homens quer para mulheres é nas profissões operárias ou nos *trabalhadores não qualificados*, que implicam, normalmente, baixa escolaridade e fracos rendimentos, que a concordância com a ideia de cansaço no trabalho é maior. Mas são, também, as mulheres das *profissões intelectuais e científicas e directoras e quadros dirigentes* quem mais concorda com tais afirmações; por sua vez, os homens das *profissões intelectuais e científicas* e técnicas tendem a concordar parcialmente com a mesma ideia. Vemos, assim, que, no primeiro caso, é provavelmente a dureza física do trabalho que está em causa, no segundo, a expressão do cansaço está talvez associada a maior exigência em termos de dedicação, empenhamento e disponibilidade total que, muitas vezes, exigem estas profissões.

Mas se nos escalões mais altos em termos de rendimentos, de qualificações escolares e profissionais, se encontram também dificuldades de conciliação entre vida familiar e trabalho relacionadas com o elevado grau de exigência profissional, também é verdade que o leque de soluções de guarda possíveis de concretizar, é também mais alargado. Nos escalões intermédios de rendimentos, com escolaridades do nível secundário e profissões executantes não manuais vamos encontrar outra situação. Se, por um lado, o grau de exigência profissional e empenhamento na carreira é, em regra, menor, permitindo assim menores dificuldades na gestão quotidiana, por outro, o esforço financeiro exigido a estas famílias para resolver a questão da guarda das crianças é, muitas vezes, demasiado pesado para os seus orçamentos.

Quanto à atenção que os filhos merecem, a distribuição das posições é também diferenciada. Embora as diferenças entre os dois sexos não sejam muito significativas, são as mulheres que ocupam profissões que envolvem grande empenhamento e dedicação e correspondem a altos rendimentos, ou profissões não qualificadas, mais duras e de baixos rendimentos, que mais concordam com a afirmação de falta de atenção dada aos filhos.

Estes dados mostram bem as dificuldades de conciliação entre vida familiar e profissional, que aqui temos vindo a analisar sob o ângulo da guarda das crianças. Muito embora este seja problema comum a outros países europeus, em Portugal, e em particular na Grande Lisboa, ele tem implicações específicas, em virtude, como dissemos, do trinómio escassez dos equipamentos, falta de apoio familiar, baixas remunerações médias. As últimas conduzem, muitas vezes, a sobretrabalho, para fazer face às despesas familiares. Estamos em crer que estes factores são os que mais contribuem para explicar declarações tão evidentes de cansaço.

Quanto ao sentimento de culpa, também tão sublinhado pelos inquiridos, face ao que consideram ser menor atenção do que a desejável que prestam aos

filhos, embora ele seja também explicável pelo que acima foi referido, há ainda outros factores que podem contribuir para reforçar esse sentimento ainda mais. Apesar de haver maior partilha entre a família e as diferentes instâncias educativas na socialização das crianças, isto não significa que esta veja a sua actividade ou responsabilidade restringida. Na verdade, nos últimos 30 anos complexificaram-se e intensificaram-se as tarefas socioeducativas das famílias (Kellerhals *et al.*, 1984: 12 e Segalen, 1993). A importância do sucesso escolar e das actividades extracurriculares para o bem-estar e sobretudo para o que se considera ser um futuro melhor para a criança, implicam atenção e acompanhamento dos trabalhos escolares dos filhos, deslocações constantes para levá-los a múltiplas actividades. Se, para todos, esta realidade pode ser vivida como um constrangimento, tendo em conta as situações de trabalho descritas anteriormente, para outros ela transforma-se num verdadeiro pesadelo. Com horários apertados e empregos em que eles são incontornáveis, a vida quotidiana transforma-se numa correria constante, a que se pode acrescentar o sentimento de mal-estar, ou de se estar permanentemente em falta. E se para os dois membros do casal estas são dificuldades por ambos vividas, para as mulheres elas acrescentam-se ainda a uma sobrecarga efectiva de ocupação e preocupação. Não será que o bem-estar dos filhos depende também do bem-estar dos pais?

Divisão desigual do trabalho não pago: sobrecarga feminina

Para além do trabalho profissional, outra dimensão que se procurou conhecer diz respeito à divisão entre homens e mulheres do trabalho não pago — o trabalho doméstico e os cuidados com as crianças. Verificou-se que, como outros inquéritos já demonstraram (Infante, 1988; Costa, 1991; André, 1993), independentemente do facto de trabalharem profissionalmente ou não, são as mulheres que continuam a assegurar o essencial das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças. A participação dos homens apenas ultrapassa os 50% em questões administrativas, como o pagar contas e tratar de impostos, ou nas reparações e manutenção do carro, enquanto para as mulheres, em todas as outras tarefas, os valores modais se situam entre os 75% e os 100%.

Acresce o facto de as tarefas desempenhadas pelas mulheres, serem não só em maior número, como requererem mais tempo e maior disponibilidade diária — como preparar as refeições, alimentar e cuidar das crianças, tratar da casa, etc. A partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos está, portanto, longe de ser igualitária. Observando as respostas dos inquiridos sobre aquilo que dizem ser a sua participação nas diferentes tarefas, o quadro 11 revela as médias obtidas considerando separadamente homens e mulheres que exercem uma profissão e domésticas.⁵⁹

Nota-se que a participação masculina, sempre minoritária à excepção dos itens já indicados, é apesar de tudo um pouco mais expressiva nas “compras” e em actividades lúdicas com as crianças. Considerando as possíveis ajudas externas ao grupo doméstico — de familiares ou de empregadas — foi possível constatar que elas são pouco significativas. No que toca aos cuidados com as crianças, para

Quadro 11 Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos (valores médios em percentagem)

Tarefas	Homens com profissão	Mulheres com profissão	Domésticas
Preparar as refeições	21	68	89
Tratar da loiça	22	61	90
Cuidar da roupa (lavar, passar)	9	69	95
Limpar a casa	15	58	84
Fazer compras	36	67	66
Tratar de contas, seguros, taxas, impostos	69	53	50
Reparações, manutenção do carro, jardinagem, etc.	74	23	17
Brincar com as crianças	37	50	49
Alimentar as crianças	23	52	68
Acompanhar as crianças à escola (infantário, creche, ama, etc.)	27	52	48
Levar as crianças ao médico	31	78	84
Ajudar os filhos a fazer os trabalhos	22	41	47
Cuidados a idosos ou doentes dentro de casa	7	11	11

além do trabalho dos cônjuges, o apoio prestado por outro familiar tem pouco relevo (à volta de 5%), mas ainda tem menos o da empregada. Em relação à realização das tarefas domésticas, o apoio de familiares situa-se, em média, nos 7%. Quanto às empregadas domésticas, a sua contribuição na realização das tarefas domésticas tem maior relevo, principalmente no que diz respeito à limpeza da casa e cuidados com a roupa — 13% e 10%, respectivamente.

Quando se cruzam algumas variáveis, certos indicadores alteram-se ligeiramente sem, contudo, mudar a tendência geral que é a do sobretrabalho feminino. A título de exemplo, e como se pode ver no quadro 12, a participação dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos sobe um pouco com o aumento do nível de instrução. Mas com as mulheres a situação é diferente. A prestação das que têm o ensino básico e das que possuem o secundário, não difere muito, e, aliás, as últimas afirmam trabalhar ainda ligeiramente mais do que as primeiras. Quanto às que têm o ensino médio e superior desce a sua participação; mas é, sobretudo, o aumento do recurso a empregadas domésticas que compensa aí a menor participação feminina. Na verdade, nos grupos domésticos em que as mulheres têm formação de ensino médio e superior são as empregadas que desenvolvem tarefas como limpar a casa (38%), cuidar da roupa (32%) tratar da loiça (16%) e até preparar refeições (14%).

Pesquisas utilizando técnicas de natureza qualitativa ajudam a compreender melhor esta problemática (Torres, 1996a). Apesar de serem as mulheres que conti-

Quadro 12 Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos (médias das respostas de todos os inquiridos, com e sem actividade profissional — em percentagem)

Tarefas	Sexo e níveis de ensino							
	Homens				Mulheres			
	Bás.	Sec.	Sup.	Total	Bás.	Sec.	Sup.	Total
Preparar as refeições	19	24	28	22	75	79	66	74
Tratar da loiça	14	31	33	23	72	74	58	69
Cuidar da roupa (lavar, passar)	8	13	15	11	83	78	57	76
Limpar a casa	13	23	18	17	72	69	45	65
Fazer compras	32	41	43	36	66	66	66	66
Tratar de contas, seguros, taxas, impostos	67	74	71	70	50	59	47	51
Reparações, manutenção do carro, jardinagem, etc.	72	77	67	72	16	29	27	21
Brincar com as crianças	36	42	43	39	47	55	54	50
Alimentar as crianças	18	28	27	23	53	67	55	56
Acompanhar as crianças à escola (creche, ama, jardim infantil, etc.)	21	31	42	28	45	61	53	50
Levar as crianças ao médico	25	42	36	32	80	82	77	80
Ajudar os filhos a fazer os trabalhos	25	27	25	25	43	45	42	43
Cuidados a idosos ou doentes dentro de casa	5	7	14	7	10	15	13	12

nuam a desempenhar grande parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, a comparação entre diferentes gerações aponta para algum enfraquecimento dos papéis sexuais tradicionais. Nas gerações actuais, por comparação com as anteriores, os homens tendem a participar um pouco mais nesse tipo de trabalho. Mas na verdade, tudo se passa ainda mais ao nível do discurso e das boas intenções do que na prática.

Estas conclusões, que confirmam, de resto, o que tem vindo a ser demonstrado em vários países, são reveladoras. Mostram a persistência das diferentes formas de discriminação das mulheres e evidenciam que têm sido elas a entrar nos territórios antes considerados do foro masculino, e não eles a entrar nos considerados femininos. Mas a insistência nos factores de discriminação tem ainda outros efeitos. Na verdade, há muito que é conhecida a relação “perversa” que se pode estabelecer entre a não partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos e outras dimensões da vida conjugal e familiar. Resultados de investigações realizadas desde os anos 60 em vários países, como a Bélgica, a França e também os EUA, apontam para uma conclusão unânime: a satisfação no casamento é tanto maior quanto mais repartidas forem as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos (Michel, 1983: 238-239).

Avaliação da justiça da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos

Vimos atrás, em relação à posição perante a divisão do trabalho pago e trabalho não pago, que a maioria dos inquiridos defende, em termos ideais, um modelo familiar simétrico onde tanto o homem como a mulher têm actividade profissional e ambos partilham os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas. Deixando agora a dimensão profissional e concentrando a atenção apenas na divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, procurámos conhecer a avaliação subjectiva dos inquiridos sobre a justiça dessa divisão, nos seus casos concretos e ainda, qual seria para eles a norma ideal.

Começando pela norma de divisão ideal podemos dizer que quer quanto aos cuidados com os filhos quer quanto às tarefas domésticas, a simetria total entre homens e mulheres — “dividir as tarefas por igual” — é considerada pela maioria, no conjunto dos homens e das mulheres, como mais adequada (68%, em relação aos cuidados com os filhos, e 63%, quanto às tarefas domésticas). As mulheres são ligeiramente mais adeptas dessa norma de igualdade do que os homens, em especial quando exercem profissão, e ainda mais, no que respeita aos cuidados com os filhos. A seguir à simetria total vem a defesa da assimetria, com um toque atenuado, patente na adesão à ideia “elas fazerem o essencial e eles ajudarem”. Quanto às tarefas domésticas, são cerca de 34% os homens activos que defendem esta posição assimétrica contra apenas 28% das mulheres na mesma situação. Estes valores para a divisão dos cuidados com os filhos ainda se distanciam mais. Assim, são só 21% as mulheres que a defendem, contra 31% de homens.

Estas diferenças entre homens e mulheres, acentuam-se ainda mais com a mudança do nível de instrução e da profissão dos inquiridos. Sobretudo acentuadamente a defesa da ideia de simetria, tanto nos cuidados com os filhos como nas tarefas domésticas, à medida que aumenta o nível de instrução, e desce a escolha da posição assimétrica. De tal forma que, e para dar um exemplo quanto às tarefas domésticas, 53% dos indivíduos com o ensino básico defendem a simetria, mas são também 42% os que sustentam a assimetria. Ora, os que têm o ensino secundário reproduzem a escolha dos valores da média, e, dos que têm o médio e superior, são 83% os que defendem a total simetria e apenas 17% que sustentam a assimetria.

Quanto às profissões também se notam diferenças significativas. Assim, são os operários e os empregados do comércio e serviços pessoais que, embora defendam ligeiramente mais a simetria do que a assimetria, quer quanto aos cuidados com os filhos quer quanto às tarefas domésticas, acabam por sustentar posições assimétricas, muito mais do que os outros, em valores que rondam os cerca de 40%.

Vemos, assim, que a defesa da simetria não é de facto uma perspectiva em relação à qual haja total convergência. Se é verdade que a norma igualitária é defendida pela maioria, num certo sentido são as categorias da população mais numerosas que tendem a defender mais a assimetria. O que pode contribuir para explicar, pelo menos parcialmente, um tão grande contraste entre a realidade da divisão das tarefas e dos cuidados com os filhos e a norma ideal. O facto de as mulheres realizarem a quase totalidade do trabalho não pago, sobretudo em certos

sectores sociais, pode assim ser explicado por aí se considerar, na verdade, que essa é sua obrigação, e que aos homens caberá “dar uma ajuda”. Mas trata-se mais de defender uma atitude, um estado de espírito favorável, do que considerar que eles devem ser responsáveis ou executar verdadeiramente as tarefas.

No que diz respeito à avaliação da justiça da divisão conjugal praticada em relação aos cuidados com os filhos, verifica-se que a maioria considera essa divisão justa ou muito justa, embora sejam mais os homens do que as mulheres a afirmá-lo. Na verdade, embora 60% das mulheres achem essa divisão justa, 36% considera-a injusta ou muito injusta e só 21% dos homens afirma o mesmo, defendendo em contrapartida 74% a justiça de tal divisão. As variações introduzidas pelas diferenças de rendimento, de grau de instrução e de profissão, são ligeiras e pouco significativas.

A percepção de injustiça, por parte das mulheres, em relação à divisão das tarefas domésticas, é mais acentuada, já que são 40% as que afirmam que esta divisão é muito injusta (9%) ou injusta (31%). Os homens que defendem a mesma posição são apenas 27%. Assim, embora novamente a maioria se situe do lado da justiça da situação existente, cresce a declaração do descontentamento feminino. Não foram encontradas diferenciações muito significativas quando se cruzam outras variáveis. Mas podemos desde logo, e a partir das diferentes declarações de homens e de mulheres, constatar o desagrado, pelo menos de um conjunto já substancial delas, perante o contraste entre a norma ideal e a sua realidade vivida. Se atrás tínhamos identificado o grupo de mulheres que, embora à primeira vista não parecesse, acabava por defender a assimetria com ligeira atenuação ao nível da norma ideal, aqui encontrámos o outro que defendendo idealmente a simetria, manifesta o seu desconforto perante a situação assimétrica em que vive. Acresce que este efeito surge de forma mais clara no caso das tarefas domésticas, e não tanto no dos cuidados com os filhos.

A partilha das responsabilidades familiares na origem de conflitos entre os cônjuges

Procurou-se saber, também, se a divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos poderia estar na origem de conflitos entre os cônjuges. Assim, a partir de um conjunto de questões sobre eventuais conflitos no casal, verificou-se que 37% dos inquiridos afirmam existir conflitos (algumas ou muitas vezes), sobre as tarefas domésticas, e 28% diz o mesmo em relação aos cuidados com os filhos. Mas quando repartimos a população por sexos, aparece-nos o que à primeira vista parece surpreendente, tendo em conta o que até aqui tem sido referido. Na verdade, apesar de haver mais mulheres a declarar ser injusta a divisão de tarefas existente, são em contrapartida mais os homens que declaram que há “algumas vezes” conflitos a propósito quer dos cuidados com os filhos quer das tarefas domésticas. Será que elas se zangam mas não o querem afirmar, para não dar de si uma imagem conflituosa, em contradição com a ideia da mulher pacificadora? Ou será que, o que para elas é apenas reclamação, para eles se transforma em conflito? E não será, ainda, a culpabilidade masculina que explica a maior declaração de conflituosidade?

Vejam melhor. As declarações sobre a existência de conflitos em torno das tarefas domésticas são superiores às que existem a propósito dos cuidados com os filhos. No entanto, em geral e tanto para homens como para mulheres, é nos sectores de rendimentos intermédios e escolaridades de nível secundário que a afirmação da conflitualidade assume maiores valores. Hipóteses explicativas para este facto poderão estar relacionadas com a existência de expectativas mais elevadas de simetria e igualdade por parte das mulheres destes sectores, expectativas essas que, como vimos, eram mais baixas nos grupos de rendimento e escolaridades inferiores, prevalecendo aí visões tradicionalistas e conformistas do papel das mulheres.⁶⁰ Ou, ainda, pode acontecer que existam mais conflitos nos sectores de rendimentos intermédios do que nos de maiores rendimentos porque, ao contrário dos últimos, não existirá nos primeiros uma capacidade financeira que lhes permita delegar a terceiros a realização de todas as tarefas domésticas pesadas e desagradáveis.

Parece, assim, que se fecha um círculo. Na realidade, trabalhem ou não no exterior, são as mulheres que desempenham a maior parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. A maior parte delas não considera esta a situação ideal, já que é a simetria total a norma de divisão defendida pela maioria (69%) quanto à divisão dos cuidados com os filhos e (63%) quanto as tarefas domésticas. Mas apenas parte dessa maioria considera injusta ou muito injusta a sua própria situação quanto à divisão dos cuidados com os filhos (35%) o mesmo acontecendo em relação às tarefas domésticas (39%). Finalmente, muito menos ainda declaram que essa injustiça dá origem, algumas ou muitas vezes, a conflitos. Ora, nota-se assim a existência de um sector de mulheres, ainda significativo, que vive com conformismo essa situação assimétrica. Conformismo esse provavelmente resultante do entendimento da impossibilidade de mudar a sua própria realidade quotidiana. Na verdade, todas as questões aqui sublinhadas a propósito da relação entre trabalho e vida familiar e da sobrecarga feminina com o trabalho não pago, envolvem modos de organização da vida social e da divisão sexual do trabalho que revelam a discriminação das mulheres. Mas, e porque o género, enquanto categoria social, implica a definição do que é socialmente esperado não só das mulheres como dos homens, também estes são “obrigados” a desempenhar certo tipo de papéis. Embora as mulheres acumulem, como vimos, no caso português, o trabalho profissional com o trabalho doméstico, aos homens é também, muitas vezes, imposta carga de trabalho muito para além do horário normal. A auto-condenação das mulheres ao trabalho doméstico, corresponde, cada vez mais, no caso dos homens ao “auto”-imposto sobretrabalho para poder proporcionar melhores condições de vida à família e assegurar o emprego. Logicamente, se há mais tempo dedicado ao trabalho haverá menos tempo para a família. Será esse o dilema, difícil de contornar, com que se depara cada indivíduo, expresso nas declarações dos inquiridos quando dizem que os filhos precisam de mais atenção do que aquela que lhes podem dar.

Conclui-se que as modalidades de relação entre trabalho e vida familiar representam muito mais a adaptação aos constrangimentos existentes, do que escolhas ou verdadeiras opções. Essas só seriam possíveis através de uma filosofia

em que as condições para a partilha das responsabilidades fossem encaradas como prioridade, pelo Estado e pela sociedade em geral, através da articulação dos direitos das mulheres, dos homens e das crianças.

Valores e educação: o discurso da modernidade

Interessava, também, conhecer as configurações de valores associadas à educação das crianças e a outros aspectos da vida familiar. A análise das respostas a um conjunto de perguntas centradas sobre estas temáticas revelou que se acentuavam tendências já visíveis em questões anteriores. Se antes se defende a importância, para as crianças a partir dos 3 anos, da frequência de equipamentos socioeducativos, ou se sustenta maioritariamente a simetria entre homens e mulheres, reforça-se agora o mesmo tipo de ideias. Por outras palavras, e apesar de algumas especificidades, privilegiam-se os chamados valores da modernidade.

Sendo necessário sublinhar, como vimos, a distância existente entre as afirmações ao nível discursivo e as práticas, a defesa de certo tipo de valores, não deixa de ser sinal a ter em conta. Este desejo de modernidade, típico aliás, das chamadas classes médias (Almeida, J. F., 1990) é, no caso português, generalizado a outros sectores sociais que parecem receber com simpatia essas ideias, mais insistentes, ainda, na Grande Lisboa. Podemos ver aqui sinais da confluência de diferentes factores. Processos de mudança na sociedade portuguesa, rápidos e em curto espaço de tempo, transformações consequentes da ruptura institucional do 25 de Abril que se pautou pela abertura do país a novas práticas e novas ideias. Para além do plano estrito das ideias há, ainda, a vontade de mudar as condições de vida, no contexto de um país com dificuldades económicas, vontade essa que se traduz num desejo de mobilidade social ascendente. Estes desejos conjugados podem, eventualmente, traduzir-se no chamado efeito “bom aluno”, através do qual se demonstra que, mais do que ser moderno, se pretende ser identificado com a modernidade.

Para criar e educar os filhos o instinto não chega

Perante uma pergunta sobre a forma de criar e educar os filhos, na qual se pedia aos inquiridos para escolher uma entre duas afirmações (quadro 13), verificou-se que a maioria (57%) considera a aquisição de conhecimentos junto de fontes especializadas — livros, médicos, psicólogos, etc. — como mais importante do que os aspectos que se referem ao “instinto natural” das mães. Estas opiniões são mais sustentadas pelos que têm capitais escolares elevados e, ao contrário do que à primeira vista se podia esperar, são também as mulheres que, embora ligeiramente, mais as defendem.

Existem várias leituras possíveis na interpretação destes resultados. Encontramos nestas posições sinais característicos da modernidade no sentido em que esta é entendida por certos autores. Com efeito, elas revelam a tendência para a

Quadro 13 Opiniões sobre a educação dos filhos

Opiniões	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino médio e superior	
	H	M	H	M	H	M
Criar e educar os filhos implica adquirir conhecimentos que se devem obter junto de fontes especializadas (livros, médicos, psicólogos, etc.)	44	46	60	70	84	76
Criar e educar os filhos é algo que qualquer mãe sabe fazer, pois as mães têm uma espécie de instinto natural	56	54	40	30	16	24
Total	100	100	100	100	100	100

desvalorização dos saberes e capacidades “inatas” enfatizadas nas lógicas tradicionais e para maior aposta nas competências específicas, e nos saberes abstractos produzidos por corpos de especialistas (Giddens, 1991). Mas, ao concordar com a necessidade de apelar a “outros saberes”, revela-se, simultaneamente, a consciência dos limites dos saberes autogeridos dos indivíduos. Isto é, num certo sentido revelam-se, também aqui, as incertezas tão características das sociedades modernas contemporâneas.

De novo faz sentido lembrar o que se disse no início sobre a mudança que ocorreu no espaço de uma geração, isto é, a passagem das soluções socioeducativas e de guarda maternais para as soluções exteriores à família. É difícil para os pais de hoje buscar referências no passado, para responder às realidades contemporâneas, que são tão diferentes. Nessa dificuldade, volta-se a atenção para o saber dos especialistas, sublinha-se a necessidade de partilha das tarefas educativas com as instituições. Mas, por aí também, volta a incerteza — os especialistas muitas vezes não estão de acordo (Segalen, 1993), as instituições têm dificuldade em chegar aos indivíduos.

De um outro ponto de vista, e se tivermos em conta o que propõem Kellerhals e Montandon (1991) quanto aos diferentes estilos educativos, poderíamos dizer, a propósito da dimensão do relacionamento da família com o exterior — com outros saberes e com outras instituições — que, tendencialmente, ao nível das representações, estamos a passar da lógica “maternalista” para um estilo “contratualista”. Veremos, a seguir, e para não esquecer a complexidade do real, que, se há respostas dos inquiridos que revelam tendências convergentes com estas, outras existem que apontam em sentido diferente.

Resta ainda saber, por que razão defendem um pouco mais as mulheres do que os homens que para criar e educar os filhos é preciso mais do que o chamado instinto maternal. Podemos avançar algumas hipóteses. A primeira poderá ser a de que a maior implicação das mulheres nos cuidados com as crianças, se traduza, no contexto de complexificação acima referido, numa consciência acrescida da

necessidade do recurso às competências educativas específicas dos especialistas. Outra hipótese explicativa poderá estar relacionada com o facto de os inquiridos serem obrigados a escolher apenas uma de duas modalidades de resposta, sublinhando-se aqui o facto de se reagir pela negativa à ideia de instinto maternal como chave única para o sucesso da educação das crianças. E a apoiar esta hipótese pode estar o facto de as mulheres tenderem a defender, um pouco mais até do que os homens, as chamadas posições “modernistas”, como de resto poderemos ver mais à frente.

Ensinar regras através do diálogo

Em relação à forma de educar e ensinar regras às crianças, 91% dos inquiridos considera que “a melhor forma é o diálogo e o exemplo” e apenas 9% considera que “para ensinar regras às crianças é indispensável recorrer à disciplina e à autoridade”. Esta esmagadora convergência para um estilo “persuasivo” na inculcação das regras em detrimento de uma lógica basicamente autoritária é outro sinal de modernidade ao nível discursivo. Embora não seja possível estabelecer equivalência directa, ao relacionar estas respostas com os estilos de influência e os discursos sobre a autoridade identificados por Kellerhals e Montandon (1991: 91-133), parece ser claramente para um estilo mais “relacional” e menos “disciplinar” e para a forma “persuasiva” ou “estruturante” e menos para a “coercitiva” que tais resultados apontam.

A recusa da perspectiva autoritária não deixa margem para dúvidas. Será ela mais significativa pelo facto de estarmos a analisar respostas da Grande Lisboa, como outros resultados tendem a indicar? Para já, e quanto às variáveis sexo e escolaridade, confirmam-se tendências já verificadas. Quanto maior é o nível de escolaridade mais se defende o diálogo como forma de ensinar regras e menos a disciplina e a autoridade e as diferenças entre homens e mulheres são inexpressivas.

As respostas a uma pergunta sobre a maior ou menor margem de autonomia que se deve dar aos filhos apontam em sentido contrário aos resultados obtidos para as duas questões anteriores. De facto, a maioria dos inquiridos (55%) respondeu que “os filhos devem respeitar sempre o conselho e orientação dos pais” em oposição a 45% que escolhem a posição “os filhos têm direito à autonomia pessoal e a escolhas próprias”.

Embora a população esteja claramente dividida, estamos aqui perante perspectivas maioritariamente mais conformistas e menos modernistas, no plano da educação, do que as detectadas atrás. O cruzamento das variáveis como escolaridade e sexo, para além de discriminar de forma muito evidente os inquiridos vem, novamente, repor a tendência de respostas anteriores.

Os indivíduos com ensino básico aderem bastante mais à posição conformista, enquanto os que detêm o ensino secundário e o ensino médio e superior o fazem significativamente menos. As mulheres tendem a defender um pouco mais a autonomia dos filhos do que os homens, nos sectores com o ensino básico e secundário, invertendo-se ligeiramente a tendência nos que detêm o ensino médio e superior.

No entanto, e pensando nos valores globais, a tendência ligeiramente dissonante da maioria em relação ao que temos vindo a considerar como discurso de carácter tendencialmente modernista por parte dos inquiridos, pode traduzir um desses efeitos de combinação especial, entre modernidade e tradição, que parecem persistir em Portugal (Almeida, A. N., *et al.*, 1998).

Mas, outro factor de ordem técnica pode também ter contribuído para explicar esta escolha. É provável que os inquiridos tenham, por efeito de arrastamento, interpretado esta questão tendo em mente não propriamente filhos em idade de possível autonomia — que era o que se pretendia captar — mas pensando ainda nos filhos com a idade actual, portanto, menores de 10 anos. Na verdade, na sequência do questionário, a pergunta anterior, em que se focavam as formas de ensinar regras, referia-se especificamente a crianças. O facto de as diferenças introduzidas pela variável grau de instrução serem tão drásticas, pode ainda reforçar esta hipótese explicativa.

Ter boas maneiras, sentido da responsabilidade, tolerância e ser trabalhador como qualidades fundamentais a transmitir aos filhos

Através da apresentação de uma lista de atitudes e qualidades que se podem ensinar e transmitir aos filhos em casa, foi pedido aos inquiridos que indicassem as que consideravam mais importantes. Esta pergunta consta, aliás, em inquéritos aplicados a nível internacional e os seus resultados permitiriam fazer comparações com outros países e também a nível nacional.

Em termos globais, as escolhas recaem claramente sobre quatro aspectos: em primeiro lugar, *boas maneiras*, em segundo lugar, *sentido da responsabilidade*, em terceiro lugar, *tolerância*, e, finalmente, em quarto lugar, *ser trabalhador* (quadro 14). Destacam-se assim qualidades e atitudes que se relacionam quer com os valores da autonomia pessoal (*sentido da responsabilidade e tolerância*), quer com o conformismo (*boas maneiras, ser trabalhador*). Escolhas que, com algumas particularidades, aproximam as respostas da Grande Lisboa às de outros países europeus e, de certa maneira, singularizam esta região no contexto nacional (Almeida, A. N. e Guerreiro, 1993).

Cruzando ainda as respostas obtidas com o nível de escolaridade dos inquiridos, obtiveram-se resultados cujo sentido reforça o que já tem sido verificado noutras respostas, ou seja, a correlação positiva que se estabelece entre maiores níveis de instrução e valorização das posições “modernistas”, neste caso mais associadas à defesa da autonomia pessoal.

Isolando as três respostas mais escolhidas verifica-se, em relação ao ensino das *boas maneiras*, que são os inquiridos com menor escolaridade que mais referem a sua importância, a qual diminui à medida que aumenta o grau de escolaridade. Em relação ao *sentido da responsabilidade*, são os que detêm o ensino secundário quem mais refere a sua importância. Por sua vez, a *tolerância e o respeito pelos outros* é a escolha modal dos que possuem o ensino médio e superior.

Esta distribuição pode ser explicada procurando perceber o lugar de onde se fala. Com efeito, é plausível que, para os inquiridos com maiores níveis de

Quadro 14 Atitudes e qualidades que se podem ensinar às crianças, segundo o grau de ensino (em percentagem)

Atitudes e qualidades	Ensino básico	Ensino secundário	Ens. médio e superior	Total
Independência	11	11	10	11
Ser trabalhador	24	9	6	17
Boas maneiras	28	16	9	21
Sentido da responsabilidade	13	27	29	20
Imaginação	—	1	3	1
Tolerância e respeito pelos outros	12	23	33	19
Ser poupado no dinheiro e no resto	2	1	1	1
Determinação e perseverança	2	1	1	1
Fé religiosa	0	1	1	1
Generosidade	2	1	4	2
Obediência	6	9	3	6
Total	100	100	100	100

instrução, não faça sentido apresentar como prioridade na educação dos filhos itens como as *boas maneiras* — presume-se que estas estejam já incorporadas. Em contrapartida, esse tipo de qualidades pode já ser considerado importante para os que, com baixos níveis de escolaridade, pressintam a necessidade para os seus filhos de as adquirir. Resultados de outras pesquisas revelam, aliás, que os pais com menos níveis de instrução tendem a valorizar as dimensões instrumentais da personalidade, como se o sucesso da criança passasse por uma boa integração sociocultural (Kellerhals e Montandon, 1991). Do mesmo modo, qualidades como *ser trabalhador* e até mesmo *sentido da responsabilidade*, podem ser valorizadas pelos que desejam para os seus filhos trajectos de mobilidade social ascendente, como pode ser o caso dos que detêm quer o ensino básico, quer o secundário como nível de instrução. Para os que têm maiores níveis de escolaridade, tudo se passa como se as escolhas prioritárias fossem feitas considerando como fundamentais a auto-regulação e autonomia, como vimos, de resto, já noutras respostas atrás, ou as qualidades intrínsecas, válidas por si mesmas, independentemente de qualquer lógica instrumental.

Estratégias socioeducativas e de guarda — conclusão

Numa tentativa de sintetizar as linhas gerais que orientaram esta pesquisa, parece-nos agora possível apresentar algumas conclusões gerais.

A existência de diferentes soluções socioeducativas e de guarda das famílias, como vimos, tinha constituído hipótese de partida da pesquisa. No seu decurso

confirmou-se esta previsão e tornaram-se mais claros os factores que podem contribuir para explicar essas diferentes escolhas. Assim, factores como a oferta e o custo dos equipamentos destinados às crianças, os rendimentos das famílias e a capacidade das mesmas para mobilizar redes de interajuda, a posição perante o trabalho pago e não pago dos membros do grupo doméstico, a partilha das responsabilidades familiares dentro do casal, as ideologias, opiniões e valores a propósito da maternidade e dos cuidados com as crianças, condicionam as estratégias que as famílias adoptam. Decidir não desenvolver actividade profissional, durante um certo período de tempo, colocar o filho numa ama próxima de casa, pagar num infantário preço elevado, ou contar com ajuda dos avós para levar ou trazer a criança, são situações diferenciadas que dependem, em cada caso, da conjugação específica desses factores.

Assim, a partir destes e de outros aspectos foi possível definir três grandes grupos de estratégias diferenciadas quanto à divisão do trabalho e aos cuidados socioeducativos a ter com as crianças, que designámos por *soluções de subsistência*, *soluções de partilha* e *soluções selectivas* (figura 1).

Assim, em relação aos três tipos de estratégias acima apontados, consideramos que as famílias dos grupos sociais caracterizados pela escassez de recursos económicos e culturais, ocupando os lugares mais baixos na hierarquia das profissões e com um número elevado de inserções precárias no mercado de emprego, tendem a desenvolver aquilo a que se chamaram *estratégias de subsistência*. Aqui, as opções de guarda e os cuidados socioeducativos prestados aos filhos não obedecem a escolhas definidas mas sim a factores circunstanciais, isto é, são condicionadas pelas disponibilidades económicas e pelas oportunidades que surgem. Dada a dificuldade em encontrar serviços com custos compatíveis com o rendimento do agregado familiar conjugada com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, é nestes grupos que predominam as soluções parentais (ficar com a mãe) para a primeira infância e para as crianças em idade escolar. A confirmá-lo encontra-se o facto de ser exactamente aqui onde se encontra uma maior percentagem de domésticas. Existe, porém, um pequeno sector que, tendo acesso a serviços gratuitos (comparticipados totalmente pelo Estado ou oferecidos por IPSS's), pode desenvolver outro tipo de estratégias, dando às mulheres a oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho.

As famílias do segundo grupo, o qual recobre um largo espectro social, caracterizam-se pela tendência para adoptar *estratégias de partilha*, ou seja, a escolha de serviços exteriores à família como forma desejada para a guarda e educação dos filhos. Essa estratégia possibilita a dupla profissionalização dos pais, permitindo maior estabilidade económica e trajectos de eventual mobilidade social ascendente. Dentro deste grupo convém destacar a situação do subgrupo das famílias com recursos económicos mais baixos e menores competências escolares (bastante extenso em termos de percentagem), para o qual o recurso a soluções institucionais representa uma sobrecarga considerável no orçamento familiar. Os outros dois subgrupos referidos no quadro apresentado, devido a menores estrangimentos económicos e a um modelo de divisão do trabalho assimétrico mais atenuado ou igualitário, enfrentarão menos dificuldades neste plano. Na ausência da oferta de

Estratégias	Soluções de guarda	Modelos de relação família/trabalho	Recursos do grupo doméstico
Subsistência	Parentais (Mãe): 0-2 anos	Domesticidade das mulheres, por necessidade, ou dupla profissionalização	Recursos económicos escassos e baixas competências escolares
	Institucionais: 3-5 anos		
	Parentais (Mãe): 6-10 anos	Modelo tradicional assimétrico de divisão sexual do trabalho	
Partilha	Institucionais (todas as idades)	Dupla profissionalização; modelo assimétrico atenuado de divisão sexual do trabalho	Recursos económicos médios baixos e baixas competências escolares
		Dupla profissionalização; modelo atenuado de divisão sexual do trabalho	Recursos económicos médios e competências escolares médias
	Institucionais (todas as idades)	Dupla carreira; divisão simétrica/igualitária de tarefas	Recursos económicos elevados e competências escolares elevadas
Selectivas	Parentais (Mãe): 0-2 anos	Dupla carreira ou domesticidade por opção	Recursos económicos elevados e competências escolares médias ou baixas
	Institucionais: 3-5 anos		
	Institucionais: 6-10 anos		

Figura 1 Estratégias socioeducativas e de guarda das crianças — conciliação entre trabalho e vida familiar

Nota: figura elaborada com a colaboração de José Luís Castro

serviços públicos ou compartilhados podem recorrer a serviços particulares com fins lucrativos, ainda assim sempre bastante dispendiosos.

As famílias dotadas de recursos económicos mais elevados são as únicas que estão em posição para adoptar *estratégias selectivas*, ou seja, de fazer opções reais em relação à educação e guarda dos filhos de acordo com os modelos idealizados. No entanto, estes modelos divergem de acordo com a pertença ao grupo dos profissionais intelectuais e científicos ou ao grupo dos dirigentes e quadros superiores. O primeiro grupo, caracterizado pelo elevado capital cultural, assume modelos mais igualitários de divisão do trabalho, recorre a estratégias de dupla carreira, valorizando soluções institucionais privadas como forma de educar e preparar os filhos para o futuro. O segundo grupo, obedecendo, por vezes, a lógicas mais tradicionais de divisão do trabalho, valoriza um pouco mais a protecção e a educação das crianças em meio familiar, sobretudo nos primeiros anos de vida.

Conclui-se, assim, que na Grande Lisboa são os recursos exteriores à família como creches, amas, infantários, jardins de infância, prolongamentos das escolas, colégios, centros de actividades de tempos livres, que são hoje utilizados de forma largamente predominante como solução de guarda das crianças quando as mães trabalham. A escassez de oferta de equipamentos, o seu custo elevado em relação ao orçamento das famílias, obrigam-nas, muitas vezes, a sobretrabalho para assegurar as despesas e a quotidianos pesados que se traduzem em sentimentos de culpa em relação aos cuidados com os filhos e à atenção que lhes dispensam.

É verdade que as medidas que têm vindo a ser tomadas, como o alargamento da rede pré-escolar, vão no sentido de dar resposta, pelo menos parcialmente, a questões que esta pesquisa tão claramente revela. Mas, por um lado, equipamentos como centros de actividades de tempos livres, ou prolongamentos nas escolas públicas, para as crianças com mais de 6 anos, continuam em falta. E o mesmo se passa com as creches, com o trabalho de formação de amas e o desenvolvimento de creches familiares, que escasseiam. Por outro lado, o facto de se contar com as IPSS's ou com as autarquias para o lançamento de infra-estruturas dessa natureza, embora em si mesmo não seja questionável, pode ter algumas implicações negativas, como a experiência de outros países tem revelado. Quanto às IPSS's, e porque elas dependem da iniciativa local, é preciso ter em conta que, como vimos atrás, por vezes essa iniciativa não surge exactamente nos locais em que poderia ser mais necessária. Quanto às autarquias levanta-se o problema do trinómio escassez dos recursos, custo dessas infra-estruturas e lógicas eleitorais. Na verdade, a experiência tem demonstrado que, perante o investimento financeiro que esses equipamentos representam, os autarcas preferem desenvolver acções menos onerosas e que satisfaçam eleitorados mais vastos (Commaille, 1993). E, como vimos de forma bastante evidente, será difícil aos pais, e em especial às mães, de crianças pequenas, arranjar ainda tempo para organizar iniciativas locais ou pressionar as autoridades para que tomem medidas que lhes sejam favoráveis.

Para terminar, podemos dizer que, embora sejam questões importantes, a guarda das crianças não se resume ao problema do número, qualidade e custos dos serviços existentes. Para além do objectivo pragmático de fazer corresponder a oferta de serviços a uma procura crescente, colocam-se às famílias e aos governos problemas de fundo como a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades perante o mercado de trabalho, permitir o desenvolvimento psicossocial equilibrado das crianças, conseguir uma repartição equilibrada das responsabilidades na educação dos filhos entre homens e mulheres e assegurar que os mais desfavorecidos tenham maior acesso às políticas existentes. Como podemos ver nos quadros que se seguem, medidas deste tipo não dependem tanto dos recursos financeiros, quanto das orientações dos respectivos países acerca do papel do Estado e, sobretudo, das concepções que desenvolvem sobre os diferentes direitos dos indivíduos — homens, mulheres e crianças — e a forma como eles se articulam.

Modelo	Países	Principais características
Estado-Providência alargado	Dinamarca, Finlândia	<p>Taxa elevada de actividade feminina, mesmo no caso das mães com filhos pequenos e grande responsabilização pública relativamente à guarda; sistema universal de benefícios sociais (todas as crianças têm direito a um lugar numa instituição pública); grande número de medidas de política social destinada a permitir a gestão e compatibilização do trabalho e da família, com regulação forte do mercado de trabalho; defesa simultânea do interesse das crianças (preocupação com a qualidade dos serviços) e do direito das mães a terem uma actividade profissional. Em suma, a grande preocupação é a harmonização do trabalho e da família.</p> <p>Modelo de providência similar ao acima referido com a diferença do tipo de profissionalização feminina se caracterizar por um grande número de mulheres trabalharem a tempo parcial.</p>
Estado-Providência deficitário	Suécia França Bélgica Espanha, Itália, Grécia	<p>Modelo de providência similar ao dano-finlandês, com a especificidade das políticas sociais para a família, infância e juventudo e dos serviços destinados às crianças serem de âmbito algo mais restrito (menor universalização dos direitos sociais e menores taxas de cobertura).</p> <p>O modelo dos países do sul caracteriza-se por taxas relativamente baixas de actividade feminina, a tempo inteiro e sem grandes interrupções da carreira, pela insuficiência de medidas de política social e serviços de guarda que satisfaçam as necessidades existentes, mas no quadro de uma concepção de responsabilidade pública nesta matéria. O Estado assenta numa concepção interventiva, providenciando soluções e regulando o sector privado de modo a assegurar alguma justiça social no acesso aos serviços. No geral, procura-se uma aproximação (em desenvolvimento e mais minimalista) ao de Estado Providência Alargado (por exemplo, francês) e incentiva-se a actividade profissional feminina, embora pareçam ainda importantes as solidariedades familiares no que respeita à guarda das crianças, no caso das mães trabalhadoras; a escassez de serviços e subsídios obriga muitas vezes as mulheres a abandonar a actividade profissional. Apesar de tudo os serviços existentes cobrem mais horas em volume do que no modelo de Estado-Providência Restrito, permitindo relativamente uma melhor conciliação com o emprego (feminino).</p>
Estado-Providência restrito	Portugal Alemanha, Áustria, Holanda, Luxemburgo Reino Unido Irlanda	<p>No caso português é sui generis no âmbito do sul da Europa e constitui por si um sub-modelo à parte, dado que, por um lado, se aproxima dos países do sul no que respeita ao tipo de intervenção estatal e ao tipo de medidas e serviços existentes (quer reais, quer desejados enquanto orientação política), e, por outro lado, possui um perfil de actividade feminina semelhante ao encontrado nos países do norte da Europa, sendo mesmo o país em que as mulheres mais trabalham a tempo inteiro. Neste caso, apesar das dificuldades encontradas pelas pessoas, há uma necessidade prática incontornável de conciliação familiar/trabalho, pois com grande parte das mulheres no mercado de trabalho, as solidariedades privadas começam a ser postas em causa (quem pode ficar em casa com as crianças quando mães e avós trabalham?).</p> <p>Este modelo assenta igualmente em pressupostos maternalistas, assumindo a actividade feminina um perfil semelhante ao dos países acima referidos, mas com a diferença de que a concepção de obrigações de guarda, cuidado/educação as crianças são uma questão essencialmente privada, da livre escolha das famílias que devem encontrar por si mesmas as soluções que melhor lhes servirem; modelo que tende, assim, a reproduzir e ampliar, desigualdades sociais. Isto não quer dizer que não haja obviamente algumas medidas sociais e instituições públicas de guarda, mas em muito menor grau do que no outro tipo de modelo maternalista (o germânico). A taxa relativamente baixa de emprego entre as mães é também um forte indicador das dificuldades sentidas ao nível da conciliação da vida familiar com o emprego.</p>

Figura 2 Modelos de guarda das crianças na União Europeia segundo o tipo de Estado-Providência
Nota: figura elaborada por Sofia d'Aboim Inglez e Pedro Vasconcelos.

Quadro 15 Quadro síntese: actividade dos pais e cobertura dos serviços para crianças até aos 10 anos na União Europeia 1990-1995

Países	Estado-Providência alargado										Tipo de Estado									
	Estado-Providência alargado					Estado-Providência deficitário					Estado-Providência restrito									
	DK	SV	SU	FR	BE	EL	PO	ES	IT	NE	DE	OS	LX	UK	IR					
Taxa de actividade das Mães com crianças dos 0 aos 10 anos (1993)(1)	Total 74 TC 49 TP 25	Total 75 TC 35 TP 40	Total 65 TC 57 TP 8	Total 59 TC 40 TP 19	Total 62 TC 38 TP 24	Total 44 TC 41 TP 3	Total 70 TC 63 TP 7	Total 35 TC 29 TP 6	Total 43 TC 37 TP 6	Total 46 TC 6 TP 41	Total 51 TC 26 TP 25	Total 64 TC 40 TP 24	Total 42 TC 29 TP 13	Total 53 TC 18 TP 35	Total 35 TC 24 TP 10					
Taxa de actividade dos Pais com crianças dos 0 aos 10 anos (1993)(1)	Total 88 TC 86 TP 2	Total 85 TC 82 TP 3	Total 80 TC 77 TP 3	Total 90 TC 88 TP 2	Total 92 TC 91 TP 1	Total 95 TC 94 TP 1	Total 95 TC 93 TP 1	Total 85 TC 84 TP 1	Total 93 TC 91 TP 1	Total 92 TC 91 TP 7	Total 97 TC 92 TP 1	Total 97 TC 93 TP ?	Total 84 TC 82 TP 2	Total 84 TC 82 TP 2	Total 81 TC 78 TP 2					
Mães empregadas com filhos dos 0 aos 3 anos	70	—	—	52	62	40	69	33	42	45	40	—	—	44	38					
Mães empregadas com filhos dos 3 aos 10 anos	78	—	—	64	62	46	71	35	43	48	58	—	—	59	34					
N.º médio de horas de trabalho semanais (TC+ TP) das Mães	34	—	—	34,2	31,3	39,6	39,8	36,8	34,2	19,1	30,2	—	33	24,5	32					
N.º médio de horas de trabalho semanais (TC+ TP) dos Pais	40,8	—	—	42	40,1	45,3	45,2	42,5	41,4	40,9	41,4	—	42,7	47	46					
Taxas de cobertura dos serviços para crianças dos 0 aos 2 anos	48	33	21	23	30	3	12	2,2	6	8(2)	2W 50E	3	—	2	2					
Taxas de cobertura dos serviços para crianças dos 3 aos 5 anos	82	72	53	99	95+	70(3)	48	84	91	712	78W 100E	75	—	60(2)	55					
Taxas de cobertura dos serviços para crianças dos 6 aos 10 anos	62(4)	64(5)	56	2,30	??	2-5(7)	10	??	??	2-5(6)	5W 88E	6	—	2-5(6)	2-5(6)					
Subsídios pagos às famílias(8)	+	—	—	+	+	+	—	+	—	+	—	—	—	+	—					

Notas: (1) excepto o caso da Áustria, onde a informação se refere a pais/mães com crianças dos 0 aos 15 anos e no caso da Suécia onde se refere a pais/mães com crianças dos 0 aos 7 anos. TC (Trabalho a tempo completo), TP (Trabalho a tempo parcial), ? (informação inexistente); (2) inclui algumas crianças que frequentam a escolaridade obrigatória (quando esta começa antes dos 6 anos), o que é relevante pois afecta as estatísticas dos serviços para crianças em idade escolar não se referem às crianças na escolaridade obrigatória, mas sim a serviços prestados a crianças em idade escolar; (3) inclui algumas crianças que frequentam a escolaridade obrigatória (quando esta começa antes dos 6 anos). A idade da escolaridade obrigatória é relevante na medida em que afecta as estatísticas dos serviços para crianças dos 3 aos 6 anos. Conforme o país em que se encontram, deparamos com crianças deste grupo de idades a frequentar a escola pré-primária, crianças admitidas mais cedo na escolaridade obrigatória do que a idade obrigatória determina e crianças a frequentar a escolaridade obrigatória antes dos 6 anos, nos países em que a idade obrigatória é inferior a essa idade. As estatísticas dos serviços para crianças em idade escolar não se referem à escolaridade obrigatória, mas sim a serviços prestados a crianças em idade escolar; (4) mais todas as crianças de 6 anos no ensino pré-primário; (5) mais algumas das crianças de 6 anos na escola pré-primária; (6) mais 60 das crianças de 6 anos nos serviços dos sistemas de assistência e educação; (7) não existe informação, mas o valor situa-se abaixo dos 5; (8) em adição aos subsídios pagos directamente aos serviços; (+) subsídios pagos aos pais com baixos rendimentos; (++) subsídios pagos a todos os pais, independentemente do nível de rendimento.

Fonte: European Commission Network on Childcare and Other Measures to Reconcile Employment and Family Responsibilities; (1996) *A Review of Services for Young Children in the European Union 1990-1995*.

País ⁶¹	Licença maternal (LM)	Licença paternal (LPT)	Licença parental (PT)	Estado-Providência alargado	Licença por razões familiares (LRF)
DK	14 semanas	2 semanas	10 semanas de licença para a família (que pode ser utilizada ou dividida por ambos os pais) + 3 meses por pai/mãe (ou 6 meses se usufruída antes de a criança ter 12 meses) + 6 a 9 meses por pai/mãe com o acordo da entidade patronal.	Nenhuma	Todas as licenças são pagas de acordo com valores fixos.
SV	Nenhuma	10 dias	18 meses de licença por pai/mãe, incluindo uma licença familiar paga de 450 dias, que pode ser utilizada até a criança completar 8 anos; a tempo completo, meio tempo ou quarto de tempo (30 dias dos 450 são para a mãe, 30 dias para o pai, o resto pode ser dividido entre os pais de acordo com a sua escolha). Além disso cada um dos pais pode optar por um horário de trabalho reduzido até a criança ter 8 anos.	120 dias por família e por criança até a idade de 12 anos.	As licenças são pagas em função do salário, excepto nos os últimos 90 dias de LP onde o pagamento é feito de acordo com um valor fixo, e na LP depois dos 450 dias de licença paga e com horário reduzido de trabalho que não são pagas.
SU	9.5-12.5 semanas	2 semanas	Licença familiar até a criança ter 36 meses. Além disso, um dos pais pode ter um horário de trabalho reduzido até ao final do ano em que a criança começa a escolaridade obrigatória.	4 dias no caso de doença súbita da criança.	As licenças são pagas em função do salário, excepto em parte da LP (depois de a criança ter cerca de 10 meses) onde o pagamento é feito de acordo com valores fixos e na LRF que não é paga.
FR	10-12 seman. (18-22 semia. a partir do 3.º nasc.)	3 dias	Licença familiar até a criança ter 36 meses	3 dias por pai/mãe (aumentando para 5 se as crianças tiverem menos de 3 anos ou forem 3 ou mais crianças)	A L. Maternidade é paga em função do salário; a LP é paga seguindo um valor fixo para pais com 2 ou mais filhos; a LPat e LRF não são pagas.
BE	8 - 14 semanas	3 dias	Nenhuma; no entanto existe a possibilidade de o trabalhador recorrer, por diversos motivos, a "interrupções de carreira", com o acordo do empregador, podendo ser os cuidados a prestar a crianças pequenas uma razão para tal.	10 dias por pai/mãe (sector público), 4 dias (sector privado)	ALM e LPat são pagas em função do salário. As interrupções de carreira são pagas de acordo com um valor fixo. A LRF não é paga.
EL	7-11 semanas	Nenhuma	3 meses por pai/mãe	6 a 10 dias por família dependendo do número de crianças na família	ALM é paga segundo o valor total do salário; ALP e LRF não são pagas
IT	12 semanas	Nenhuma	6 meses, podendo a licença da mãe ser transferida para o pai	A licença pode ser usufruída até a criança ter 3 anos	ALM é paga em função do salário, sendo aplicada uma alta percentagem deste; no caso da LP é paga uma pequena percentagem do salário. A LRF não é paga
PO	8.5-14 semanas	Nenhuma	2 a 24 meses por família	30 dias de licença por ano se a criança tiver menos de 10 anos	ALM é paga segundo o valor total do salário. ALP e LRF não são pagas.
ES	6-16 semanas	2 dias	Licença familiar até a criança ter 36 meses	2 dias por pai/mãe, por motivos de doença	As licenças são pagas segundo o valor total do salário, excepto no caso da LP, que não é paga

	Estado-providência restrito			
	10-12 semanas	Nenhuma	6 meses por pai/mãe de licença em part-time	Nenhuma
NE	10-12 semanas	Nenhuma	6 meses por pai/mãe de licença em part-time	Nenhuma
DE	8 semanas	Nenhuma	Licença para a família até a criança ter 36 meses	10 dias por pai/mãe, por 1 filho, 25 dias por pai/mães por 2 ou mais filhos
OS	8 semanas (+extra partos múltiplos ou prematuros)	3 dias	Licença familiar até a criança ter 24 meses, com 12 meses de opção de part-time.	2 semanas por pai/mãe
LX	8 semanas	Nenhuma		
UK	29 semanas	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
IR	4-14 semanas	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma

A LM é paga segundo o valor total do salário. A LP não é paga.
 A LM e a LRF são pagas segundo a totalidade do salário; o pagamento da LP é feito de acordo com um valor fixo até a criança 24 meses
 As licenças são pagas de acordo com o valor total do salário, excepto no caso da LP em que o pagamento consiste num suplemento para pais sozinhos ou famílias com baixos rendimentos.

A LM é paga de acordo com o valor total do salário.
 A LM é paga na sua maior parte, segundo valores fixos ou, então, não é paga; durante um pequeno período o pagamento consiste numa elevada percentagem do salário.
 A LM é paga em função do salário, excepto nas últimas 4 semanas opcionais que não são pagas.

Figura 3 Licenças para pais empregados nos países da União Europeia segundo os diferentes tipos de Estado-Providência
 Fonte: European commission network on childcare and other measures to reconcile employment and family responsibilities (1996) *A Review of Services or Young Children in the European Union*, 1990-1995.

Notas

- 1 Cf. quadro síntese apresentado no final do texto.
- 2 Cf. quadro síntese apresentado no final do texto.
- 3 Eis dois exemplos onde se afirma que em Portugal as interajudas familiares têm um papel fundamental na questão da guarda das crianças: “(...) Il est également fréquent de compter sur les grands-parents et autres membres de la famille dans des pays tels que la France, la Grèce, l’Italie et L’Espagne. Au Portugal, la garde de 50% des enfants de trois à six ans et de 85% des enfants de moins de trois ans est assurée par ces moyens”, in *Observatoire Européen des Politiques Familiales*, 1996: 118. “(...) Beaucoup d’enfants de moins de 3 ans, sont gardées d’une façon informelle par les grand-mères ou les voisines. La garde formelle, pour ce groupe d’âge, est assumée par des crèches, des ‘amas’ et des crèches familiales (Penha, 1993)”, in *Willemsen et al.*, 1995: 161.
- 4 Mesmo em relação aos equipamentos públicos existentes verifica-se desadequação entre oferta e procura. Na verdade, devido a dinâmicas do crescimento demográfico rápidas, há zonas onde os equipamentos existentes fecham — é o caso do centro envelhecido das grandes cidades e o de algumas regiões rurais — enquanto noutras zonas, a esmagadora maioria nos arredores mais populosos das grandes cidades, eles escasseiam drasticamente. Medidas de política social para tentar regular esta situação existem mas são ainda muito recentes (1998).
- 5 Foi a ligação da responsável do projecto à rede europeia “Social Policies and the Division of Paid an Unpaid Labour” que sugeriu a candidatura a um programa de financiamento lançado por parte dos Ministérios da Solidariedade e da Segurança Social e Ciência e Tecnologia para a realização de uma investigação de curta duração (1 ano). A investigação foi dirigida por Anália Cardoso Torres, nela participaram como investigadores José Luís Castro, Francisco Vieira da Silva, Sofia d’Aboim Inglez e Pedro Vasconcelos, foi desenvolvida no âmbito do CIES/ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, e decorreu de Novembro de 96 a Novembro de 97. O inquérito por questionário foi aplicado por uma equipa do Instituto Nacional de Estatística (INE), a uma amostra estatística representativa do conjunto da população residente nos 7 concelhos da Grande Lisboa: Lisboa, Amadora, Cascais, Sintra, Oeiras, Vila Franca de Xira e Loures. Inquiriram-se 493 grupos domésticos que tinham, até 31 de Março de 1997, pelo menos uma criança menor de 11 anos de idade a seu cargo.
- 6 Algumas das perguntas que integraram o questionário foram construídas a partir de um outro, na altura em elaboração por membros da rede europeia “Social Policies and the Division of Paid an Unpaid Labour”, nomeadamente Jan Kunzler, Anália Torres, Tineke Willemsen, Gerard Frinking, Haris Symeonidou e ainda Rossela Pallomba, que virá a ser aplicado no contexto da referida rede em vários países.
- 7 Referimo-nos aqui a um entendimento particular do conceito de condições de existência de P. Bourdieu. Consideramos também condições objectivas de existência, além dos recursos em diferentes tipos de capital, características como sexo, idade, contexto geracional. São estas características em conjugação com

os diferentes capitais, que influenciam directa ou indirectamente, não só as práticas — neste caso relativas à guarda e educação das crianças — como o uso das políticas existentes ou, ainda, as opiniões e expectativas relativas à vida familiar de forma global.

- 8 Nesse sentido foram realizadas entrevistas a informantes privilegiados representantes de organismos oficiais responsáveis, directa ou indirectamente, pela elaboração ou pela execução deste tipo de políticas e a representantes de instituições particulares de solidariedade social.
- 9 Destes 16% a grande maioria (89%), principalmente aqueles que têm um filho, aponta para mais um, 10% para mais dois e 1% para mais três.
- 10 É no sector com menores rendimentos (até 150 contos/mês) que encontramos famílias mais numerosas — 37% destes núcleos têm 5 ou mais pessoas. Nos restantes grupos de rendimento esta percentagem é inferior aos 20%, excepto no sector de altos rendimentos em que se verifica a existência de 26% de famílias com 5 ou mais pessoas.
- 11 Na população estudada, 29% possui apenas 4 anos de escolaridade, o antigo ensino básico obrigatório, que compreende actualmente 9 anos.
- 12 De acordo com os dados dos Censos de 1991, a percentagem de núcleos compostos por mães com filhos menores de 11 anos era de 8,4% na Grande Lisboa e 6,4% no Continente e a percentagem de núcleos compostos por pais com filhos era de 1,2% na região da Grande Lisboa e 0,7% no Continente. Lembre-se, ainda, que do conjunto das famílias inquiridas 12% diziam respeito a núcleos de mães com filhos e 1% de pais com filhos.
- 13 Equipamento socioeducativo destinado a acolher crianças dos 3 meses aos 2 anos (completos), durante o período diário de impedimento dos pais por motivos de ordem profissional ou outros.
- 14 Pessoas com ou sem formação específica para cuidar de crianças, em regra desvinculadas de qualquer tipo de enquadramento institucional que, mediante retribuição, recolhem em sua casa crianças por um período de tempo correspondente ao impedimento dos pais.
- 15 CATL's — estabelecimentos que acolhem, durante parte do dia, crianças em idade de frequência do ensino básico, nomeadamente nos períodos extra-escolares e noutros tempos disponíveis.
- 16 Pensa-se que, em relação às crianças com idade inferior a três anos, o acolhimento em ama é, provavelmente, a modalidade formal mais utilizada em países como Portugal, França, Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Irlanda, Reino Unido, Alemanha, Áustria, Noruega e Luxemburgo. As grandes excepções a nível dos países onde esta modalidade de acolhimento parece ser pouco utilizada para qualquer faixa etária são a Grécia, Itália e Espanha. O termo "formal" é aqui utilizado no sentido de excluir a prestação não paga de cuidados por familiares e amigos da família. (Karlsson, 1995).
- 17 Note-se que existia a opção de resposta ficar com irmãos ou ficar com outras crianças.
- 18 Numa pesquisa a nível nacional, realizada em finais dos anos 80 reportando-se apenas às crianças com 4 anos de idade, a percentagem de avós que se ocupava

da guarda dos netos rondava os 30%. (Bairrão *et al.*, 1989); noutra pesquisa circunscrita ao distrito de Coimbra, e tendo como objecto de análise crianças entre os 4 e os 11 meses, concluía-se que 35% dessas crianças cujas mães trabalhavam ficavam entregues aos cuidados de familiares (Portugal, 1995).

- 19 Verificou-se que apenas 65% e 59% dos inquiridos têm os pais e os sogros, respectivamente, a viver na região da Grande Lisboa, ainda que não necessariamente no mesmo concelho.
- 20 Dizer “avós” equivale, na maioria dos casos, a dizer as avós (mulheres), e em particular as avós maternas, já que se verificou que, na guarda e nos cuidados a prestar às crianças, existe uma solidariedade essencialmente matrilinear. São as mulheres quem mais afirma que recorre ao apoio pontual da mãe, respondendo que o fazem “muitas vezes ou sempre” em 42% dos casos, enquanto que os homens o fazem em apenas em 26% dos casos. O que confirma as respostas relativas ao recurso ao apoio das sogras. São mais os homens que afirmam que recorrem às sogras (30% contra 10% das mulheres).
- 21 A guarda das crianças pelos avós só é considerada solução ideal para as crianças até aos 2 anos por 4% dos inquiridos, dos 3 aos 5 anos por 2% e dos 6 aos 10 anos por 4%.
- 22 Como “segunda solução”, ou “solução complementar”, o apoio dos avós por grupos de idades é o seguinte: até aos 2 anos 23%; dos 3 aos 5 anos 26% e dos 6 aos 10 anos 14%.
- 23 Valor idêntico para os três escalões etários das crianças considerados.
- 24 Neste estudo, em que se analisam diferentes aspectos das relações intergeracionais, conclui-se que em 35% das famílias os avós participam em tarefas de apoio pontual relacionadas com a guarda das crianças.
- 25 Este valor de 30% é um cálculo realizado a partir dos seguintes resultados: Roussel (1976: 97), afirma que um terço das crianças com menos de 1 ano ficava com as avós; Agnès Pitrou (1978: 81), noutra pesquisa, conclui que uma em cada três mulheres que trabalha, tendo filhos pequenos, os deixa entregues aos cuidados da mãe ou da sogra. Martine Segalen (1993: 97), a partir de outro estudo, refere que 27% das crianças em idade escolar (a partir dos 2 anos) ficam com as avós à quarta-feira, dia da semana em que os serviços para as crianças e as escolas fecham.
- 26 *“les enquêtes montrent que les jeunes parents préféreraient le mode de garde régulier des crèches à la garde familiale; mais devant l’insuffisance des places, le recours familial apparaît comme la moins mauvaise et probablement pour certaines, la meilleure des solutions”*. (Segalen, 1993: 98).
- 27 O entendimento que se faz dos recursos mobilizáveis pode incluir não só os rendimentos do agregado familiar propriamente ditos, mas também a capacidade ou possibilidade para mobilizar redes de apoio. A existência de familiares próximos a quem se pode recorrer sem serem necessárias contrapartidas financeiras, representa, por assim dizer, um “não custo” ou uma “entrada” indirecta de rendimento.
- 28 Verificámos, como veremos à frente, que recorrem às amas 34% dos inquiridos no grupo até aos 150 contos e 40% dos 150 aos 250 contos.

- 29 Dos inquiridos que recorrem a soluções de tipo familiar para a guarda das crianças são 44% os do sector de menores rendimentos (até 150 contos/mês) que afirmam que o fazem por não terem outra alternativa, sendo a média da resposta em todos os grupos de rendimento 32%.
- 30 “ (...) *tirer argument d'une apparente préférence des familles pour telle ou telle formule de soutien semblerait suggérer qu'elles se trouvent placées devant un choix réel, entre des aides également accessibles, et nous avons vu combien cette supposition est erronée pour une grande partie des familles. Dans leur champ psychologique et matériel, apparait le plus souvent une solution et une seule, celle qu'elles ont à portée de la main et c'est très souvent le réseau familial.* ” (Pitrou, 1978: 221).
- 31 O recurso aos avós como solução de guarda segundo os diferentes sectores é o seguinte por ordem crescente de rendimentos: até 150 contos — 18%; 150 a 250 — 16%; 250 a 350 — 26%; 350 a 550 — 15%; mais de 550 — 10%.
- 32 Dentro do grupo dos inquiridos que optaram por soluções socioeducativas e de guarda das crianças de âmbito familiar (mãe, pai, ambos, ou avós), verifica-se que é nos agregados com menores rendimentos (até 150 contos), onde mais se aponta para o factor inexistência de alternativas (44% dos casos). À medida que o nível de rendimentos dos agregados familiares aumenta, as razões apontadas para a escolha de soluções familiares relacionam-se com a qualidade dos cuidados prestados às crianças.
- 33 Instituições Particulares de Solidariedade Social.
- 34 Embora, recentemente, tenham sido implementados programas de formação para amas, alguns com o objectivo de as enquadrar institucionalmente, oferecendo-lhes acompanhamento contínuo por parte de uma equipa multidisciplinar, a partir dos resultados do inquérito foi possível confirmar que é reduzida a percentagem de amas nestas condições. Dos inquiridos que afirmam recorrer a amas 86% declara que essas amas não têm licença nem ligação a qualquer instituição; 7% são amas com licença mas não ligadas a qualquer instituição; e 7% são amas com licença e ligadas a uma instituição.
- 35 Explicação para estas diferenças, entre outros factores, pode talvez ser encontrada pelo facto de, num concelho como Vila Franca de Xira, existir maior tradição associativa e sindical do que noutros concelhos mais populosos e com dinâmicas de crescimento demográfico mais recentes, como Loures, Sintra e Amadora.
- 36 Perguntava-se com que frequência “poderia recorrer”, ou “já recorreu”, a um conjunto de pessoas daquelas redes, quando “*numa situação imprevista, precisa de ajuda no que respeita aos cuidados com o(s) seu(s) filho(s) (tomar conta, preparar refeições, acompanhar à escola, ao médico, etc.)*”.
- 37 Ainda que a proximidade geográfica não seja determinante na densidade das relações entre pais e filhos adultos, é, sem dúvida, factor que a facilita, como tem sido mostrado em diversos estudos (Roussel, 1976, Bawin-Legros, 1995). No nosso caso, verificou-se que 65% e 59% dos inquiridos têm os pais e os sogros, respectivamente, a viver na região da Grande Lisboa. Note-se ainda que, as distâncias em meios urbanos e suburbanos são relativas, dependendo em grande parte das facilidades de transportes e dos recursos das famílias.
- 38 O problema de um certo isolamento em relação aos parentes próximos,

confirmou-se quando se perguntou aos inquiridos se concordavam ou não com a afirmação “não tenho apoio dos parentes próximos”. Embora globalmente se tenha verificado menor concordância, total ou parcial, do que discordância, é mais apoiada pelas mulheres do que pelos homens. E volta a ser nos sectores de menor rendimento que a sua defesa assume maior relevância — 45% das mulheres dos sectores de rendimento até aos 150 contos concordam total ou parcialmente com tal afirmação. Curiosamente, quem mais discorda desta ideia, são as mulheres e os homens do grupo de rendimento entre os 250 e os 350 contos. E não será por acaso. Na verdade, constatámos atrás que este era o sector que mais

- 39 podia contar com os avós nas tarefas de guarda das crianças.
Fundamentando esta posição, 94% dos inquiridos considera, de facto, que ninguém cuida tão bem das crianças destas idades como a família.
- 40 Em relação às crianças entre os 3 e os 5 anos, em 70% dos casos são as soluções institucionais que são consideradas ideais, enquanto as soluções familiares só são escolhidas como ideais por 27% (pais: 25%; avós: 2%). Para as crianças dos 6 aos 10 anos de idade as soluções de guarda ideais apontadas são em 62% dos casos exteriores à família (37% prolongamentos escolares; 25%: CATL) e os pais são apontados em 29% das respostas e os “avós” em 4%.
- 41 Resultados de outras pesquisas apontam neste mesmo sentido (Almeida, A. N., *et al.*, 1993; Torres, 1996).
- 42 Apesar de os subsídios de nascimento, de aleitação e o abono de família (e também o subsídio de casamento) terem sido recentemente substituídos por um “subsídio familiar para crianças e jovens” ainda estavam em vigor à data de realização do inquérito.
- 43 Exercem profissão 86%; desempregados 5%.
- 44 Exercem profissão 68%; desempregadas 6%.
- 45 No escalão etário 35-39 (no qual se situa a média de idades das mulheres inquiridas, 36 anos), veja-se o aumento da taxa de actividade feminina em Portugal no espaço de 15 anos: 1981 — 49%; 1996 — 80%.
- 46 Em 1993, a remuneração média mensal de base das mulheres era, no Continente, 76% da dos homens (Silva, 1993)
- 47 De facto, 79% dos homens declaram nunca ter interrompido a actividade profissional e são 63% as mulheres que afirmam o mesmo. São 17% e 20% as mulheres que assumem ter interrompido, respectivamente, uma ou duas e mais vezes a profissão; encontrando-se apenas nos mesmos casos 11% e 10% dos homens. Verifica-se, ainda, um efeito de maior incidência das interrupções nos sectores sociais com menor escolaridade e com menos rendimentos.
- 48 De um leque variado de razões que poderiam explicar a interrupção da actividade profissional as respostas concentram-se no despedimento, tanto para homens (54%) como mulheres (46%). As restantes opções de resposta eram: “os horários não eram compatíveis com a vida familiar” (H-11%; M-17%); “não compensava trabalhar fora de casa” (0%), “as crianças ficam melhor se for eu a cuidar delas” (H-2%; M-15%); “optou por ser doméstico/a” (0%); “o cônjuge não concordava que tivesse uma profissão” (0%); “nunca necessitou de trabalhar para viver” (0%); “outras respostas” (H-33%; M-22%).

- 49 Procurando perceber a relação entre número de filhos e interrupção da actividade profissional, verificou-se que a existência de um ou dois filhos está longe de levar ao abandono do emprego. No entanto, embora 62% das mulheres inquiridas tenham afirmado que o nascimento dos filhos não provocou qualquer alteração no desempenho da profissão, 11% deixaram definitivamente de trabalhar e 11% suspenderam temporariamente a actividade profissional.
- 50 Apenas 3% dos inquiridos homens responde trabalhar a tempo parcial, contra 13% das mulheres que o fazem.
- 51 De facto, ao analisarmos as razões da domesticidade segundo o nível de escolaridade verificamos que as explicações apresentadas, sobretudo por quem possui apenas a escolaridade básica, assentam no facto de “não ter conseguido arranjar emprego” ou “não compensar trabalhar fora de casa”, razões de ordem pragmática e económica — como vimos atrás — e apenas 16% afirmam ser domésticas por “opção”. Por seu turno, ao nível da escolaridade secundária, encontramos maioritariamente a “opção” como justificação da domesticidade, o que aponta, de certo modo, para um melhor nível de rendimento dos agregados domésticos. Mesmo assim, 21% continuam ainda a apontar o facto de o trabalho remunerado fora de casa não ser compensador em termos de estratégias de maximização dos recursos familiares.
- 52 Esta mesma tendência foi verificada em vários inquéritos realizados em Portugal nos quais, a propósito da família e do casamento, tem surgido de forma muito nítida a adesão bastante significativa dos portugueses ao modelo simétrico da família. Os resultados indicam que aderem ao modelo simétrico 78,6% das mulheres e 55,8% dos homens. A mesma pergunta foi aplicada em Loures num inquérito à juventude (Almeida, J. E., *et al.*, 1996), sendo os resultados ainda mais expressivos: escolhem o modelo simétrico 87,1% dos jovens do sexo feminino e 74,2% do masculino. Note-se também que na nossa amostra apenas existiam pessoas com crianças, facto que pode explicar valores de adesão à simetria total, inferiores aos encontrados nesses estudos. Cf. Resultados do inquérito “As Classes Médias Urbanas em Portugal — Recomposição Social e Mudança Cultural”, pesquisa realizada entre 1987 e 1989, no quadro do Instituto de Ciências Sociais, financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, citado em J. Ferreira de Almeida, em colaboração, António Firmino da Costa, Valores e Representações Sociais (Portugal — Os Próximos Vinte Anos, VII vol.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- 53 Completar o ensino superior não evitava o cumprimento do serviço militar obrigatório, apenas o retardava.
- 54 Nos anos 60, com o declínio da agricultura e os movimentos migratórios da população para o estrangeiro e para as grandes cidades, verificou-se grande aumento de mão-de-obra feminina não qualificada utilizada para o serviço doméstico
- 55 Autores como Louis André Vallet, Claude Thelot e François de Singly citados por Martine Segalen (1993: 194), consideram que existe uma hereditariedade nos modelos de profissionalização. Segundo Vallet os destinos das filhas dependem mais da posição materna do que da paterna, isto é, quando as mães

- exercem uma actividade, as filhas mais facilmente farão o mesmo. Thelot e Singly, por sua vez, demonstram que quanto mais alta é a escolaridade das mães maiores são as probabilidades de os filhos alcançarem uma melhor posição na profissão.
- 56 Em 1991, no total dos jovens estudantes universitários com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos a proporção de jovens do sexo feminino era de 16% contra cerca de 11% de jovens do sexo masculino.
- 57 Mesmo em sectores classicamente dominados pelos homens, como a medicina, a participação das mulheres é alta. Na Faculdade de Medicina de Lisboa a taxa de feminização dos alunos matriculados em 89/90 era de 57% e era 63% a das licenciadas em 1989 (André, 1993).
- 58 Num inquérito aos jovens do concelho de Loures são 87% as mulheres que defendem a simetria total entre homens e mulheres a respeito, quer do desempenho da actividade profissional, quer quanto à partilha das tarefas domésticas (Torres, 1996).
- 59 As respostas que os inquiridos deram em relação à participação dos cônjuges, mostram que, em relação aos homens, as mulheres afirmam que a sua participação é muito inferior à que eles afirmam ter.
- 60 É exactamente nos sectores de menores rendimentos que encontramos uma maior percentagem de domésticas as quais, assumindo a realização das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos não declararão tão facilmente a existência de conflitos.
- 61 Abreviaturas utilizadas para designar os diversos países da União Europeia: BE (Bélgica); DK (Dinamarca); DE (Alemanha); EL (Grécia); ES (Espanha); FR (França); IR (Irlanda); IT (Itália); LX (Luxemburgo); NE (Holanda); OS (Áustria); PO (Portugal); SU (Finlândia); SV (Suécia); UK (Reino Unido).

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de, e Maria das Dores Guerreiro, (1993), "A Família", in Luís de França (coord.), *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, pp. 181-219.
- Almeida, Ana Nunes et al. (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, Lisboa.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", in Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (orgs.) (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais*, Colecção Portugal — os próximos 20 anos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de et al. (1994), "Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos", in António Reis (coord.) *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Almeida, João Ferreira de et al., (1994a), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

- Almeida, João Ferreira *et al.* (1995), *A Mulher Face aos Mercados de Trabalho na Região de Lisboa e Vale do Tejo*, Comissão de Mulheres da União Geral de Trabalhadores (UGT), Lisboa, CIES/ISCTE — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Almeida, João Ferreira *et al.* (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Loures.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- Amâncio, Lígia (1995) "Introduction and overview", in Lígia Amâncio e Conceição Nogueira (orgs.), *Gender, Management and Science*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- André, Isabel (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana: Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Attias-Donfut, Claudine (org.) (1995), *Solidarités entre Générations, Vieillesse, Familles, État*, Paris, Nathan.
- Bairrão, Joaquim *et al.* (1989), "Sondagem Nacional dos Contextos de Socialização Para Crianças de 4 Anos de Idade", in Cruz, J. F. *et al.* (org.) *Psicologia e Educação: Investigação e Intervenção*, Porto, Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Bairrão, Joaquim *et al.* (1990) *Perfil Nacional dos Cuidados Prestados às Crianças com Idade Inferior a Seis Anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Barbosa, Maria *et al.* (1992), "Situação dos Cuidados Prestados a Crianças de Quatro Anos de Idade em Portugal: alguns resultados de uma sondagem nacional", Fac. Psicologia e C. de Educ. Universidade do Porto, in *Inovação*, volume 5, n.º 1.
- Balaguer, Irene, Juan Mestres e Helen Penn (1994), *Qualidade dos Serviços às Crianças, documento de discussão*, Rede da Comissão Europeia de Acolhimento de Crianças.
- Barreiros, Lídia (1996), *Pobreza e Desigualdade em Portugal num Contexto Comparativo Europeu*, Seminário Sobre a Pobreza e Grupos Desfavorecidos em Portugal, Fátima.
- Bawin-Legros, Bernardette, e T. Jacobs (dir.), (1995), *Transferts, Flux, Réseaux de Solidarité Entre Générations*, Programme de Recherche en Sciences Sociales, Vieillesse, Université de Liège.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le Sens Pratique*, Paris, Ed. de Minuit.
- Canço, Dina (1996), *As Mulheres no Censo de 91*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Capucha, Luís (1992), *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa, ISCTE.
- Commaille, Jacques (1993), *Les Stratégies des Femmes. Travail, Famille et Politique*, Paris, La Découverte.
- Commission Européenne (1991), "L'Egalité des Chances Entre les Femmes et les Hommes", in *Europe Sociale* 3.
- Commission Européenne (1994) "L'Union Européenne et la Famille", in *Europe Sociale* 1.
- Comission Européenne (1996) *L'égalité des chances pour les femmes et les hommes dans l'Union européenne, Rapport Annuel*.
- Costa, Adélia (1992), *Representações Sociais de Homens e Mulheres, Portugal, 1991*, Lisboa, CIDM.

- Direcção-Geral da Acção Social (1997), *Acção Social em Números*.
- Ditch, John *et al.* (1994), *A Synthesis of National Family Policies*, European Observatory on National Family Policies.
- Ditch, John *et al.* (1996), *Developements in National Family Policies in 1994*, European Observatory on Family Policies, DGV/University of York.
- Dumon, W. (1994), *Tendances et Évolutions en 1992 — anexe technique*, Observatoire Européen des Politiques Familiales Nationales, Leuven.
- European Comission Network on Childcare and other Measures to Reconcile Employment and family responsibilities (1996), *A Review of Services for Young Children in the European Union: 1990-1995*, Bruxelas.
- Eurostat (1994), *Equal Opportunities Between Men and Women*, Social and Statistics.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (coord.), (1995), *Portugal Hoje*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
- Ferreira, Virgínia (1993), “Padrões de segregação das mulheres no emprego: uma análise do caso português no quadro europeu”, in Santos, Boaventura de (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Ed. Afrontamento/CES, pp. 233-257.
- França, Luís (coord.) (1993), *Portugal: Valores Europeus e Identidade Cultural*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity, Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Isabel Romão (1995), “Famille et travail au Portugal, la coexistence de différentes dynamiques sociales”, in Willemsen, Tineke, Gerard Frinking e Ria Vogels (orgs.), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, TUP, pp. 151-165.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Hantrais, Linda (1990), *Managing professional and family life — A Comparative Study of British and French Women*, Dartmouth Publishing Company.
- Hespanha, Pedro, e José Reis (1994), *Tendências Recentes da Segurança Social Portuguesa*, Seminário realizado no Centro de Estudos Sociais no âmbito do Observatório Intercentros, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1994.
- ICS — Instituto de Ciências Sociais (1997), *Dinâmicas Multiculturais, Novas faces, Novos Olhares*, Actas do III.º Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, 7 de Julho de 1994, Ed. ICS.
- IGFSS — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1994), *Estatísticas da Segurança Social*, Lisboa.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1994), *Estatísticas de Protecção Social, Associações Sindicais e Patronais*.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1995), *População, Família e Condições de Vida*, Seminário realizado em Curia, 6 e 7 de Abril de 1995.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1996), *Inquérito ao Emprego*, 4.º trimestre de 1996.
- Infante, Fernanda (1988), *Alguns Dados para o Estudo da Vida Quotidiana das Famílias Portuguesas: resultados preliminares*, Direcção-Geral da Família, Lisboa, MESS.
- Karlsson, Malene (1995), *O Acolhimento em Ama na Europa*, Rede Europeia de Acolhimento de Crianças.

- Kellerhals, J., P. -Y. Troutot e E. Lazega (1984), *Microsociologie de la Famille*, Paris, PUF.
- Kellerhals, J., e C. Montandon (1991), *Les Stratégies Éducatives des Familles: milieu social, dynamique familiale et éducation des pré-adolescents*, Paris, Delachaux et Niestle.
- Kunzler, Jan (1995), "History of equal opportunities policy: the case of Germany", in Willemsen, Tineke, Gerard Frinking e Ria Vogels (orgs.), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, TUP, pp. 65-87.
- Lefaucheur, Nadine, e Claude Martin (responsables de la recherche), (1995) *Qui Doit Nourrir L'Enfant Dont le Père est "Absent"?* Rapport de recherche sur les fondements des politiques familiales européennes (Angleterre — France — Italie — Portugal). Travaux de Recherche et d'Analyse du Social et de la Sociabilité — Recherche réalisée pour la Caisse nationale des allocations familiales, Paris; Service d'impression de L'Ecole nationale de la santé publique, Rennes, Agosto 1995.
- Lorber, Judith, e Susan Farrell, (ed.) (1991), *The Social Construction of Gender*, Londres, Sage.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma Mudança Inacabada", in Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Martin, Claude (1996), "Social Welfare and the Family in Southern Europe", in *South European Society & Politics*, Special Issue on Southern European Welfare States, Londres, Martin Rhodes, Frank Cass Journals, Volume 1, n.º 3.
- Meijvogel, Ria, P. Petrie (1996), *L'Accueil en Âge Scolaire dans l'Union Européenne*, Réseau de la Commission des Modes de Garde d'Enfants, Réseau Européen de l'Accueil en Âge Scolaire.
- Mendes, M. F. et al. (1994), *A Família Portuguesa: algumas linha de reflexão no Ano Internacional da Família*, DGF, Lisboa, MESS.
- Michel, Andrée (1983), *Sociologia da Família e do Casamento*, Porto, Res Editora.
- Millar, Jane, e Andrea Warman (1995), *Family Obligations in Europe*.
- Ministério da Educação (1996), *Educação Pré-Escolar em Portugal*, Departamento da Educação Básica.
- Moss, Peter (coord.) (1990), *O Acolhimento de Crianças na Comunidade Europeia 1985-1990*, Comissão das Comunidades Europeias, Direcção-Geral de Informação, Comunicação, Cultura, Bruxelas.
- Moss, Peter (1992) "Bilan de la Situation de la Garde des Enfants dans la C. E.", in *L'Emploi des Parents et la Garde des Enfants: stratégies et services au sein de la C. E. et en Scandinave*, Copenhaga.
- Observatoire Européen des Politiques Familiales Nationales (1994), *Tendances et Évolutions en 1992*, Direction Générale Emploi, Relations Industrielles et Affaires Sociales, Leuven.
- Observatoire Européen des Politiques Familiales Nationales (1996), *Synthèse des Politiques Familiales Nationales, 1994*, The University of York.
- Ostner, Ilona (1993) "Slow Motion: Women, Work and the Family in Germany", in Lewia, Jane (org.), *Women and Social Policies in Europe, Work Family and the State*, Londres.
- Pitrou, Agnès (1978), *Vivre sans Famille. Les solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*. Toulouse, Privat.
- Portugal, Sílvia (1995), *As Mãos que Embalam o Berço: o Estado e a Sociedade Providência no Apoio à Maternidade*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- Projecto Radial Estudo '95- Associação in loco (1995) UAL/IPF/ESE FARO/Fundação B. Van Leer, *Estudo de Caracterização da Situação Sócio-Educativa na Serra do Caldeirão*.
- Ramirez, Eduarda, Teresa Penha e Pedro Loff (1988), *Criança Portuguesa: Que Acolhimento?*, IAC/Rede Europeia de Acolhimento de Crianças.
- Rede da Comissão Europeia de Acolhimento de Crianças (1994), *Emprego, Igualdade e Acolhimento de Crianças*, Relatório Anual, Bruxelas.
- Rede Europeia de Acolhimento de Crianças (1990), *Os Homens e o Acolhimento às Crianças*, Bruxelas.
- Rede Europeia de Acolhimento de Crianças (1993), *Os Homens como Prestadores de Cuidados às Crianças, por uma cultura de responsabilidade, partilha e reciprocidade entre homens e mulheres nos cuidados e na educação das crianças*. Relatório de um seminário internacional. Ravena, Itália.
- Rede Europeia de Acolhimento de Crianças (1996), *Metas de Qualidade Para os Serviços Para Crianças Pequenas: Propostas para um Programa de Acção de Dez Anos*, Bruxelas.
- RSESS/95 (1995), *Estatísticas da Rede de Serviços e Equipamentos da Segurança Social, Concelhos/Continente*, Direcção de Serviços de Programas e Apoio Técnico, MSSS/DGAS.
- Roussel, Louis (1976), *La Famille après le Mariage des Enfants*, Travaux et Documents, Cahier n.º 78, Paris, PUF.
- Schultheis, Franz (1993), "Trois modèles dans les systèmes de protection sociale occidentaux" in Claudine Attias-Donfut, *Les Solidarités entre Générations*, Paris, Nathan.
- Segalen, Martine (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin, 1976.
- Siaroff, A. (1994), "Work, Welfare and Gender Equality: A New Typology", in Sainsbury, D. (ed.), *Gendering Welfare States*, Londres, Sage.
- Silva, Manuela, "Reflexões a Propósito do Relatório Sobre a Posição das Mulheres no Mercado de Trabalho na CE", in *Actas do Seminário Construir a Igualdade*, Lisboa, CIDM, 1993.
- Torres, Anália Cardoso (1995), "Travail Féminin et Relations Conjugales: Quelques Exemples des Interrelations Entre Sphère Privée et Sphère Publique", in *La Place des Femmes: les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris, Éditions la Découverte.
- Torres, Anália Cardoso (1996), "A Família", in Almeida, João Ferreira de, et al. (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Departamento Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Loures, pp. 109-127.
- Torres, Anália Cardoso (1996a), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (1996b), "Casamento em Portugal: entre o sim e o porque não?", in *Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Torres, Anália Cardoso (1997), "Jovens em mudança", in *Actas do Congresso Internacional, Growing up between centre and periphery*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Vicente, Ana (1998), *As Mulheres na Transição do Milénio: valores - vivências - poderes nas relações sociais entre os dois sexos*, Lisboa, Multinova.

- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Wall, Karin (1995), "Apontamentos Sobre a Família na Política Social Portuguesa", in *Análise Social*, XXX (131-132), (2.º-3.º), 431-458.
- Wall, Karin (1996), *Reports on Portugal-1996*, (Preliminary Version), European Observatory on Family Policies, Instituto de Ciências Sociais, Univ. Lisboa.
- Willemsen, Tineke, Gerard Frinking, e Ria Vogels (orgs.) (1995), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, TUP.

Anália Cardoso Torres. Socióloga. Investigadora do CIES. Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. E-mail: analia.torres@iscte.pt

Francisco Vieira da Silva. Sociólogo. Investigador do CIES. E-mail: francisco.vieira@cies.iscte.pt